



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2016
PROCESSO STM Nº 000770/2015 – Concessão Linhas 5-Lilás e 17-Ouro

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 003/2018

ANEXO XXV –
ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA E ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE
CONSTITUIÇÃO

1 - Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Paulista de Mobilidade S/A, realizada em 07/03/2018, registrada na JUCESP, contendo:

- Anexo I – Boletim de Subscrição do Capital Social da Companhia (R\$ 10.000,00 - CCR e RUASINVEST).
- Anexo II - Estatuto Social da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A.

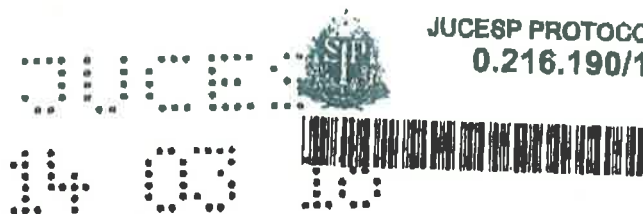
2 - Ata de Reunião do Conselho de Administração da Sociedade Paulista de Mobilidade S/A, realizada em 07/03/2018, para eleição dos membros da Diretoria da Companhia, registrada na JUCESP.

3 - Ata da Assembleia Geral da Sociedade Paulista de Mobilidade S/A, realizada em 19/03/2018, registrada na JUCESP, que delibera sobre: (i) o aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social (ii) a alteração da denominação social da Companhia (para **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.**), com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social; (iii) a alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º e parágrafo único do Estatuto Social, dentre outras, contendo:

- Anexo I – Boletim de subscrição do Capital Social da Companhia (88.990.000,00 - CCR e RUASINVEST).
- Anexo II - Estatuto Social da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. (Consolidação do Estatuto Social da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. para Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.)
- Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração.

4 – Acordo de Acionistas, datado de 02/04/2018 celebrado entre CCR S.A. e Ruasinvest Participações S.A. e como interveniente-anuente a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.





**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 07 de março de 2018, às 10h00, nas dependências da futura sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP.

2. **PRESENÇA:** Presente a totalidade das acionistas fundadoras e subscritoras, a saber:

a) **CCR S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.367.702/0001-82, representada por seus Diretores os Senhores **Antonio Linhares da Cunha**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M-751.190 – SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 414.102.036-20 e **Paulo Yukio Fukuzaki**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 10.194.341 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 073.215.168-65, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065.

b) **RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.101.196/0001-97, representada por seus Diretores os Senhores **Paulo José Dinis Ruas**, português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº. W501775-F CGPI/DIREX/DIPI e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 128.477.058-30 e **Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.069.721-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 116.459.908-93, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste.

3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luciano José Porto Fernandes e o Sra. Camila Rodrigues da Silva, como secretária.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob a denominação de SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.; (ii) aprovação do Estatuto Social que regerá a Companhia; (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (iv) a fixação de sua remuneração dos administradores da Companhia; e (v) a escolha do jornal para as publicações legais da Companhia.

5. **DELIBERAÇÕES:** As Acionistas fundadoras da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram:



[Handwritten signatures and initials]



[Handwritten signatures and initials]

DUCE SP

14 03 18

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

5.1. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("LSA");

5.2. Aprovar a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado, nos termos do Artigo 88 da LSA com as seguintes características:

(a) a Companhia terá a denominação social de "SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.";

(b) a sede social será na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065;

(c) a Companhia terá por objeto social: (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túncis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista;

(d) o prazo de duração será indeterminado;

(e) o valor do capital social será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão R\$ 1,00 (um real) cada uma, todas subscritas pelas acionistas fundadoras e em conformidade com o Boletim de Subscrição anexo à presente ata na forma do Anexo I; e

(f) consignar que o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), referente à integralização de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, foi integralizado em moeda corrente nacional, objeto de depósito junto à instituição financeira competente, em cumprimento às disposições constantes do artigo 80, inciso II, da LSA, devendo o saldo devedor ser integralizado até 31 de março de 2019.

5.3. Aprovar o projeto do Estatuto Social da SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A. que foi lido, discutido integralmente, passando a integrar a presente ata como Anexo II que, doravante, passa a reger a Companhia.

5.4. Consignar que foram cumpridas as providências previstas no artigo 88 da LSA e, por conseguinte, dar a Companhia por organizada e constituída, nos termos da legislação aplicável.

5.5. Eleger os membros do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, tendo sido eleitos para compor referido órgão da Companhia, os seguintes membros: (i) **Tiago Augusto Alves**



DUCE SP

14 03 18

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Souza Dias, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.890.963-5 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 332.849.988-10, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; (ii) **Luciano José Porto Fernandes**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M-88.764 - SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº. 251.456.816-15, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; (iii) **Roberto Vollmer Labarthe**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº. 53.527.699-0 - SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 468.919.357-68, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; (iv) **Ana Lulza Borges Martins**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26374678 - SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 324.763.828-84, residente e domiciliada na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP e (v) **Sérgio Luiz Pereira de Macedo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.374.421-6 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 873.683.078-04, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Rio Verde, nº. 30, Bairro São Joaquim, Vinhedo/SP.

5.6. Consignar que os Conselheiros de Administração ora eleitos tomam posse neste ato e declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

5.7. Eleger como Presidente do Conselho de Administração o Sr. Luciano José Porto Fernandes.

5.8. Aprovar a remuneração dos administradores da Companhia, que levará em consideração as regras estabelecidas no artigo 152 da LSA e será aprovada pelas acionistas da Companhia, reunidas em Assembleia Geral, a cada exercício. As acionistas definem que, para o presente exercício que se encerra em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores da Companhia será de até R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais). Para o exercício social de 2018, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam, nesta data, ao recebimento de qualquer remuneração pelo exercício do cargo referente ao exercício social de 2018.

5.9. Aprovar que as publicações legais da Companhia sejam realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comércio, Indústria & Serviços – DCI.



Handwritten signatures and initials, including "Mário José", "CES", and "SA".

DUCE SP

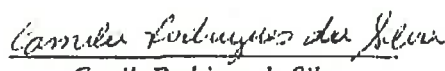
14 03 18

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 07 de março de 2018. **Assinaturas:** Luciano José Porto Fernandes, Presidente e Camila Rodrigues da Silva, Secretária. **Acionistas:** (1) CCR S.A, pelos Srs. Antonio Linhares da Cunha e Paulo Yukio Fukuzaki; e (2) RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S/A, p. Sr. Paulo José Dinis Ruas e Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz; **Membros do Conselho de Administração:** (1) Tiago Augusto Alves Souza Dias; (2) Luciano José Porto Fernandes; (3) Roberto Vollmer Labarthe; (4) Ana Luiza Borges Martins e (5) Sérgio Luiz Percira de Macedo.

Mesa:


Luciano José Porto Fernandes
Presidente


Camila Rodrigues da Silva
Secretária

Acionistas:


Antonio Linhares da Cunha

CCR S.A.



Paulo Yukio Fukuzaki

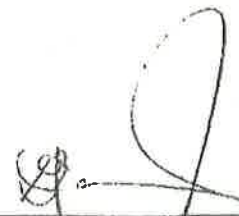
RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S/A


Paulo José Dinis Ruas


Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz

Membros do Conselho de Administração:


Tiago Augusto Alves Souza Dias


Luciano José Porto Fernandes




Pág. 7 de 7

033
007718

JUCESP
14 03 18
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018


Roberto Vollmer Labarthe


Ana Luiza Borges Martins


Sérgio Luiz Pereira de Macedo

Visto do Advogado:


Nome: Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo
OAB/SP nº: 234.473

(página de assinaturas da Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A., realizada em 07 de março de 2018)




DUESP

14 03 18

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

**- ANEXO I -
BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO**

Boletim de Subscrição de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), representativas do capital social da Companhia.

Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
<p>CCR S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.367.702/0001-82, representada por seus Diretores os Senhores Antonio Linhares da Cunha, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M-751.190 – SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 414.102.036-20 e Paulo Yukio Fukuzaki, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 10.194.341 – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 073.215.168-65, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065.</p> <p>Assinaturas:</p> 	8.334	R\$ 1,00	<p>R\$ 833,40 em moeda corrente nacional, nesta data e R\$ 7.500,60 até 31 de março de 2019.</p>




Assinatura de
Paulo Yukio Fukuzaki
SA A^m

DCE 37


14 03 18

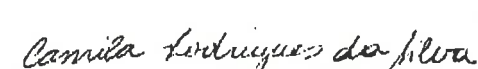
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A. , sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.06.101.196/0001-97, representada por seus Diretores os Senhores Paulo José Dinis Ruas , português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº. W501775-F CGPI/DIREX/DFP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 128.477.058-30 e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz , brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.069.721-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 116.459.908-93, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste. Assinaturas: 	1.666	R\$ 1,00	R\$ 166,60 em moeda corrente nacional, nesta data e R\$ 1.499,40 até 31 de março de 2019.
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00	

São Paulo/SP, 07 de março de 2018

Mesa:


Luciano José Porto Fernandes
 Presidente


Camila Rodrigues da Silva
 Secretária



036

DUCE SP
14 03 18

007721

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

**- ANEXO II -
ESTATUTO SOCIAL**

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a abertura ou encerramento de filiais ou outras dependências.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social:

- (i) a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias;
- (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima;
- (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e
- (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Parágrafo único. É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social.

Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 10.000 (dez mil) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 5º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, nos termos da Lei 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.



Página 1 de 7

DUCESP
14 03 18

037
007722

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Parágrafo Primeiro. A convocação de qualquer Assembleia Geral será feita pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei, ou por qualquer acionista, ou nos demais casos conforme previsão legal.

Parágrafo Segundo. Independentemente do disposto no parágrafo anterior, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo Terceiro. Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da Companhia, observado o disposto no §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 6º. Além das matérias estabelecidas em Lei, caberá à Assembleia Geral da Companhia deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- (i) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (ii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, coligadas ou subsidiárias;
- (iii) alteração do Estatuto Social;
- (iv) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (v) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;
- (vii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (viii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (ix) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (x) realização de investimentos não previstos no Plano de Negócios;
- (xi) aprovação da contratação e qualquer alteração que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (xii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contra-garantia nos termos do Estatuto Social;



DUCE SP
14 03 18

007723

P

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

- (xiii) alteração ou revisão do Plano de Negócios;
- (xiv) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;
- (xv) resgate ou amortização de ações;
- (xvi) ajuizamento de qualquer ação judicial ou o início de qualquer procedimento arbitral;
- (xvii) suspensão de direitos de acionista, inclusive o direito de voto;
- (xiii) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xix) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política;
- (xx) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xxi) a aprovação das demonstrações financeiras anuais e a destinação do resultado do exercício;
- (xxii) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (xxiii) a nomeação e destituição dos auditores independentes.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Artigo 8º. O Conselho de Administração da Companhia será composto de 05 (cinco) membros, dentre os quais 01 (um) será designado Presidente, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecer nos respectivos cargos até a posse dos novos membros.

Artigo 9º. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente ou sempre que convocado pelo Presidente, pela maioria de seus membros ou pela Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, devendo constar da convocação, além do local, data e hora da reunião, a respectiva ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que for por ele designado; no caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento do cargo vago.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração também serão consideradas entre presentes quando realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Conselheiros a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto escrito ao seu presidente.



DUCE SP
14 03 18

039
007724

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Artigo 10. Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (i) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, debêntures, bônus de subscrição opções de compra ou de partes beneficiárias), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, que supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;
- (ii) venda, arrendamento, transferência, oneração ou outra forma de alienação dos bens da Companhia, em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- (iii) aquisição de quaisquer ativos (incluindo valores mobiliários) em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios;
- (iv) a aprovação da política geral de benefícios, remuneração e salários, incluindo bônus, participação nos lucros e opções de ações para os empregados da Companhia;
- (v) eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (vi) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios;
- (vii) a instituição de Comitês Técnicos;
- (viii) atribuição e pagamento de juros sobre o capital e;
- (ix) determinação da distribuição do montante global de remuneração aos administradores da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Os valores constantes nas alíneas (i), (ii), (iii) e (vi) ("Valores Originais") deverão ser atualizados anualmente em abril, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC – FIPE ou índice equivalente que vier a substituí-lo, sendo que a cada R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor será arredondado para cima ou para baixo.

Parágrafo Segundo - A divulgação de valores atualizados de limites de alçada, previsto no parágrafo primeiro supra, será feita anualmente pela Diretoria da Companhia, por meio de circular interna, sendo desnecessária a atualização do Estatuto Social até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Valor Original, ou em qualquer momento que o Conselho de Administração entender necessário.

Artigo 11 O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 03 (três) membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.



DUCE SP
14 03 18

040
007725

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Artigo 12. A administração corrente da Companhia será assegurada por uma Diretoria Executiva composta de 02 (dois) membros, sendo um deles designado Diretor Presidente, permitida a reeleição. As atribuições individuais dos membros da Diretoria serão definidas por deliberação do Conselho de Administração. O mandato dos diretores é de 02 (dois) anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pelo Conselho de Administração, conforme previsto na alínea (ix) do artigo 10 acima.

Artigo 13. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Artigo 14. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo e fora dele, será sempre exercida por, pelo menos, 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos.

Parágrafo Primeiro. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados pelos dois diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade "ad judicium", que poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo. O limite de prazo disposto no parágrafo primeiro supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento a serem firmados eventualmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e à Caixa Econômica Federal – CEF. Nesse caso, as procurações que vierem a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigações previstas em tais financiamentos.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 15. O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Artigo 16. O exercício social coincide com o ano civil. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei, que serão auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco) do lucro líquido anual, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, ou até sobre sua retenção, total ou parcial.



DUCESP
14 03 18

007728

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIÉDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Artigo 17. A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, que poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Primeiro. A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da referida Lei.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de juros sobre capital próprio.

CAPÍTULO VII – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DISSOLUÇÃO

Artigo 18. A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período.

CAPÍTULO VIII – ARBITRAGEM

Artigo 19. As divergências entre os acionistas e a Companhia deverão ser solucionadas por arbitragem, na forma do disposto no §3º do artigo 109 da Lei nº 6.404/76, por um ou mais árbitros indicados na forma do regulamento da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e será conduzida em português.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 20. A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos termos de tais acordos, e ao Presidente da Assembleia Geral e da Reunião do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos.

Mesa:

Wilson Antônio
Luciano José Porto Fernandes
Presidente
28 MAR 2018
AUTENTICAÇÃO
10398B0517180

Camila Rodrigues da Silva
Camila Rodrigues da Silva
Secretária



DUCE SP
14 03 18

042
007727

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

Acionistas:

CCR S.A.


Antonio Linhares da Cunha


Paulo Yuki Fukuzaki

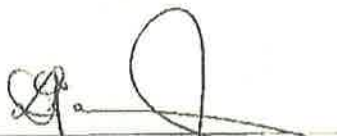
RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S/A


Paulo José Dinis Ruas


Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz

Membros do Conselho de Administração:


Tiago Augusto Alves Souza Dias

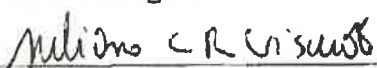

Luciano José Porto Fernandes


Roberto Vollmer Labarte


Ana Luiza Borges Martins


Sérgio Luiz Pereira de Macedo

Visto do Advogado:


Nome: Juliana Cristina Rodrigues Criscuolo
OAB/SP nº: 234.473

(página de assinaturas do Estatuto Social da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. constituída em 07 de março de 2018)



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.
CNPJ/MF em fase de obtenção
NIRE em fase de obtenção
COMPANHIA FECHADA

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2018**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 07 de março de 2018 às 11h:00, nas dependências da sede da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP.
2. **PRESENÇA:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luciano José Porto Fernandes e o Sra. Camila Rodrigues da Silva, como secretária.
4. **ORDEM DO DIA:** Eleição dos membros da Diretoria para ocupar respectivos cargos para o mandato 2018-2020.
5. **DELIBERAÇÕES:** Os Conselheiros, conforme atribuição prevista no Artigo 10, inciso (v) do Estatuto Social da Companhia, aprovam, por unanimidade, a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, para o mandato de 2 (dois) anos, a saber: (1) para ocupar o cargo de **Diretor Presidente**, Sr. **Francisco Pierrini**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15398467 – SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 079.221.388-22; e (2) para ocupar o cargo de **Diretor sem designação específica**, Sr. **Andre Luis Pontieri Costa Maia**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5182817, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 086.415.858-00, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065. Os Diretores eleitos aceitam suas nomeações, tomam posse neste ato e declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.
6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 07 de março de 2018. **Assinaturas:** Luciano José Porto Fernandes, Presidente e Camila Rodrigues da Silva, Secretária. **Conselheiros:** (1) Tiago Augusto Alves Souza Dias; (2) Luciano José Porto Fernandes;

CARTÓRIO DO
Av. Dr. ...
(Esq. da ...)
AUTENTICAÇÃO
cópia ...
S. Paulo

15º 28 MAR 2018

Nilso
LSC
CUSTAS



045

007729

DUCESP

11.03.18

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF em fase de obtenção

NIRE em fase de obtenção

COMPANHIA FECHADA

(3) Roberto Vollmer Latarthe; (4) Ana Luiza Borges Martins; e (5) Sérgio Luiz Pereira de Macedo.
Diretores eleitos: (1) Francisco Pierrini; e (2) Andre Luis Pontieri Costa Maia.

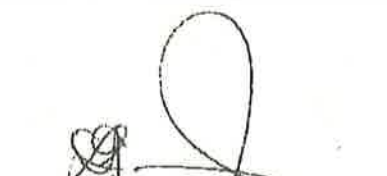
Mesa:



Luciano José Porto Fernandes
Presidente


Camila Rodrigues da Silva
Secretária

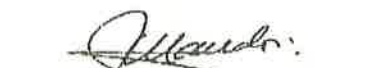
Membros do Conselho de Administração:


Tiago Augusto Alves Souza Dias


Luciano José Porto Fernandes


Roberto Vollmer Latarthe


Ana Luiza Borges Martins


Sérgio Luiz Pereira de Macedo

Diretores eleitos:


Francisco Pierrini


Andre Luis Pontieri Costa Maia

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Faria, 1255
Jardim da América - São Paulo - SP
AUTENTICAÇÃO
cópia
original
O. P. M. A.

(Página de assinaturas da Ata de Reunião do Conselho de Administração da SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A. realizada em 07 de março de 2018)

15º 28 MAR 2018

Página 2 de 2

Wilson Almeida dos Santos
ESCREVENTE AUTENTICAÇÃO
CUSTAS CONTINUA
1059880617419



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

JUCESP PROTOCOLO
0.260.080/1842

007730

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 19 de março de 2018, às 14h00, na sede da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP: 04551-065, São Paulo/SP.

2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas".

3. **CONVOCAÇÃO:** Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 da LSA.

4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luciano José Porto Fernandes e o Sr. Carlos Alberto Pinto Nogueira, como secretário.

5. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar conhecimento da renúncia formulada pelo Conselheiro de Administração Tiago Augusto Alves Souza Dias e eleição de seu substituto; (ii) deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social; (iii) deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social; (iv) deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º e parágrafo único do Estatuto Social; (v) deliberar sobre a reforma dos artigos 3º e 6º do Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente" no Estatuto Social, a consequente renumeração dos artigos subsequentes do Estatuto Social em razão desta inclusão; (vii) deliberar sobre a inclusão do artigo 21 no "Capítulo IX – Disposições Gerais" do Estatuto Social; e (viii) sendo aprovado os itens (ii) a (vii) acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

6. **DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram:

6.1. Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

6.2. Tomar conhecimento da renúncia formulada pelo Sr. Tiago Augusto Alves Souza Dias, ao cargo de membro do Conselho de Administração e aprovar a eleição do Sr. Leonardo Couto Vianna, brasileiro casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 257.691.434-4 - SSP/SP e inscrito no

SPM/Alteração e Consolidação ES 2018/NSOL

Página 1 de 6

150 29 MAR. 2018
Olivio Orzech
ESCRIVENTE AUTÔNOMO
CUSTAS CONTR. P.V. VERBA - R\$ 3,50



048

007731

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

CPF/MF sob o nº. 156.835.756-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º. Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia cujo mandato se encerrará na data prevista para o término do mandato do Conselheiro ora substituído, ou seja, 02 (dois) anos a contar de 07 de março de 2018.

O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do art. 147 da LSA, e alterações posteriores, e conseqüentemente, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivado na sede da Companhia.

Diante desta eleição, as Acionistas aprovaram, ainda, a eleição do Sr. Leonardo Couto Vianna, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Luciano José Porto Fernandes.

Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos seguintes membros: (1) **Leonardo Couto Vianna**, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, eleito na presente data; (2) **Luciano José Porto Fernandes**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; (3) **Roberto Vollmer Labarthe**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; (4) **Ana Luiza Borges Martins**, membro efetivo, eleita na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; e (5) **Sérgio Luiz Pereira de Macedo**, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral de Constituição realizada em 07 de março de 2018; todos com mandato de 02 (dois) anos a contar de 07 de março de 2018, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos.

6.3. Aprovar o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 88.990.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil reais), mediante a emissão de 88.990.000 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), a serem totalmente subscritas e a serem integralizadas até 30 de abril de 2019, por suas acionistas, a CCR S.A. ("CCR") e a RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A. ("RUASINVEST"), conforme boletim de subscrição anexo à presente ata (ANEXO I). Em consequência, alterar o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 89.000.000 (oitenta e nove milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal."



048

007732

S O C I E D A D E
P A U L I S T A D E M O B I L I D A D E

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

6.4. Aprovar a alteração da denominação da Companhia de Sociedade Paulista de Mobilidade S.A. para Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e, consequentemente, alterar o artigo 1º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º. A CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cbedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a abertura ou encerramento de filiais ou outras dependências.”

6.5. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia e, consequentemente, alterar o artigo 2º e parágrafo único do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º. A Companhia tem por finalidade exclusiva realizar a exploração dos serviços integrantes da concessão onerosa para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, nos termos e condições do contrato de concessão a ser firmado entre a Estado de São Paulo (“Poder Concedente”), por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, e a Companhia, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente e nos termos do Edital da Concorrência Internacional nº 02/2016 (“Contrato de Concessão”).

Parágrafo único. É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo mediante expressa autorização do Poder Concedente.”

6.6. Aprovar a reforma dos artigos 3º e 6º do Estatuto Social, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, sendo, no mínimo, o necessário ao cumprimento de todas as obrigações do Contrato de Concessão para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo.”

“Artigo 6º. Além das matérias estabelecidas em Lei, caberá à Assembleia Geral da Companhia deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- (i) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (ii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, subsidiárias;
- (iii) alteração do Estatuto Social.



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

- (iv) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário convertível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (v) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;
- (vii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (viii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (ix) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (x) realização de investimentos não previstos no Plano de Negócios;
- (xi) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;
- (xii) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (xiii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contra-garantia nos termos do Estatuto Social;
- (xiv) alteração ou revisão do Plano de Negócios;
- (xv) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;
- (xvi) resgate ou amortização de ações;
- (xvii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (xviii) suspensão de direitos de acionista, inclusive o direito de voto;
- (xix) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xx) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política;
- (xxi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xxii) a aprovação das demonstrações financeiras anuais e a destinação do resultado do exercício;
- (xxiii) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (xxiv) a nomeação e destituição dos auditores independentes."

6.7. Aprovar a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente" e "Artigo 16" que passarão a vigorar com a redação abaixo e a consequente renumeração dos artigos subsequentes do Estatuto Social, bem como a inclusão do "Capítulo VI – Da Autorização do Poder Concedente".



COMPANHIA FECHADA

[illegible]

~~052~~

007735

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF N°. 29.938.085/0001-35

NIRE N°. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e (2) **RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, representada pelo Sr. Paulo José Dinis Ruas e Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz.

Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 01, as fls. 16 a 30.

Luciano José Porto Fernandes
Presidente

Carlos Alberto Pinto Nogueira
Secretário



44

053
007736

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

**- ANEXO I -
DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018**

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de Subscrição de R\$ 88.990.000,00 (oitenta e oito milhões, novecentos e noventa mil reais), representado por 88.990.000 (oitenta e oito milhões, novecentas e noventa mil) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), representativas do capital social da Companhia.




SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

007737

Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
<p>CCR S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.367.702/0001-82, representada por seus Diretores os Senhores Antonio Linhares da Cunha, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. M-751.190 – SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº. 414.102.036-20 e Paulo Yukio Fukuzaki, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº. 10.194.341 – SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº. 073.215.168-65, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-065.</p> <p>Assinaturas:</p> 	74.164.266	R\$ 1,00	R\$74.164.266,00 a ser integralizado até 30 de abril de 2019.

CARTÓRIO DO 1º TABELIÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1855
(Esq. da R. Funchal) Tel. 3045-0515/3058-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica extraída, conforme
original apresentado, do livro

15º 29 MAR.



Otávio Orzechowski
ESCREVENTE AUTENTICO
CUSTAS CONTRA P/VERBA - R\$ 3,50



055


007738

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35


NIRE Nº. 3530051461-1

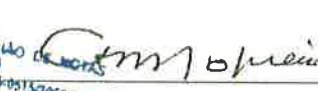
COMPANHIA FECHADA

Subscritor	Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão das Ações - R\$	Forma e Prazo para Integralização
RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A. , sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.101.196/0001-97, representada por seus Diretores os Senhores Paulo José Dinis Ruas , português, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº. W501775-F CGPI/DIREX/DFF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 128.477.058-30 e Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz , brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 5.069.721-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº. 116.459.908-93, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, sala 2, Torre Oeste. Assinaturas: 	14.825.734	R\$ 1,00	R\$14.825.734,00 a ser integralizado até 30 de abril de 2019
TOTAL	88.990.000		R\$ 88.990.000,00

São Paulo/SP, 19 de março de 2018.

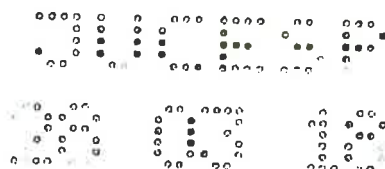
Mesa:


Luciano José Porto Vermeiren
 Presidente


Alberto Pinto Nogueira
 Secretário

 15%
 29 MAR. 2018

 Otavio
 ESCREVAZ
 CUSTAS COM
 10.508 B0821979

056

007739

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

**- ANEXO II -
DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2018**

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP 04551-065. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a abertura ou encerramento de filiais ou outras dependências.

Artigo 2º. A Companhia tem por finalidade exclusiva realizar a exploração dos serviços integrantes da concessão onerosa para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo, compreendendo todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, nos termos e condições do contrato de concessão a ser firmado entre a Estado de São Paulo (“Poder Concedente”), por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, e a Companhia, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente e nos termos do Edital da Concorrência Internacional nº 02/2016 (“Contrato de Concessão”).

Parágrafo único. É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo mediante expressa autorização do Poder Concedente.

Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, sendo, no mínimo, o necessário ao cumprimento de todas as obrigações do Contrato de Concessão para operação dos serviços de transporte de passageiros das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro da Rede Metroviária de São Paulo.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, representado por 89.000.000 (oitenta e nove milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 5º. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, nos termos da Lei nº 6.402/1976, e extraordinariamente, sempre que os interesses

Página 1 de 7



05

007740

S O C I E D A D E

P A U L I S T A D E M O B I L I D A D E S . A .

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

da Companhia exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Parágrafo Primeiro. A convocação de qualquer Assembleia Geral será feita pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da lei, ou por qualquer acionista, ou nos demais casos conforme previsão legal.

Parágrafo Segundo. Independentemente do disposto no parágrafo anterior, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo Terceiro. Qualquer acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador constituído, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da Companhia, observado o disposto no §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 6º. Além das matérias estabelecidas em Lei, caberá à Assembleia Geral da Companhia deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- (i) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (ii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, coligadas ou subsidiárias;
- (iii) alteração do Estatuto Social;
- (iv) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (v) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;
- (vi) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;
- (vii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (viii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (ix) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (x) realização de investimentos não previstos no Plano de Negócios;
- (xi) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

- (xii) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (xiii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contra-garantia nos termos do Estatuto Social;
- (xiv) alteração ou revisão do Plano de Negócios;
- (xv) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas;
- (xvi) resgate ou amortização de ações;
- (xvii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (xviii) suspensão de direitos de acionista, inclusive o direito de voto;
- (xix) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xx) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política;
- (xxi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xxii) a aprovação das demonstrações financeiras anuais e a destinação do resultado do exercício;
- (xxiii) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (xxiv) a nomeação e destituição dos auditores independentes.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Artigo 8º. O Conselho de Administração da Companhia será composto de 05 (cinco) membros, dentre os quais 01 (um) será designado Presidente, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecer nos respectivos cargos até a posse dos novos membros.

Artigo 9º. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente ou sempre que convocado pelo Presidente, pela maioria de seus membros ou pela Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, devendo constar da convocação, além do local, data e hora da reunião, a respectiva ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.



SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Parágrafo Primeiro. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que for por ele designado; no caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento do cargo vago.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração também serão consideradas entre presentes quando realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Conselheiros a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto escrito ao seu presidente.

Artigo 10. Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (i) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, debêntures, bônus de subscrição opções de compra ou de partes beneficiárias), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, que supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;
- (ii) venda, arrendamento, transferência, oneração ou outra forma de alienação dos bens da Companhia, em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- (iii) aquisição de quaisquer ativos (incluindo valores mobiliários) em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios;
- (iv) a aprovação da política geral de benefícios, remuneração e salários, incluindo bônus, participação nos lucros e opções de ações para os empregados da Companhia;
- (v) eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (vi) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios;
- (vii) a instituição de Comitês Técnicos;
- (viii) atribuição e pagamento de juros sobre o capital e;
- (ix) determinação da distribuição do montante global de remuneração aos administradores da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Os valores constantes nas alíneas (i), (ii), (iii) e (vi) ("Valores Originais") deverão ser atualizados anualmente com base pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC – FIPE ou índice equivalente que vier a substituí-lo, sendo que, para cada R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o valor será arredondado para cima ou para baixo.



060

007743

SOCIEDADE PAULISTA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35

NIRE Nº. 3530051461-1

COMPANHIA FECHADA

Parágrafo Segundo. A divulgação de valores atualizados de limites de alçada, previsto no parágrafo primeiro supra, será feita anualmente pela Diretoria da Companhia, por meio de circular interna, sendo desnecessária a atualização do Estatuto Social até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Valor Original, ou em qualquer momento que o Conselho de Administração entender necessário.

Artigo 11. O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 03 (três) membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.

Artigo 12. A administração corrente da Companhia será assegurada por uma Diretoria Executiva composta de 02 (dois) membros, sendo um deles designado Diretor Presidente, permitida a reeleição. As atribuições individuais dos membros da Diretoria serão definidas por deliberação do Conselho de Administração. O mandato dos diretores é de 02 (dois) anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pelo Conselho de Administração, conforme previsto na alínea (ix) do artigo 10 acima.

Artigo 13. Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Artigo 14. A representação ativa e passiva da Companhia, em Juízo e fora dele, será sempre exercida por, pelo menos, 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 02 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos.

Parágrafo Primeiro. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados pelos dois diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade "ad judícia", que poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo. O limite de prazo disposto no parágrafo primeiro supra não se aplica às procurações outorgadas pela Companhia, necessárias à consecução de contratos de financiamento a serem firmados eventualmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e à Caixa Econômica Federal – CEF. Nesse caso, as procurações que vierem a ser outorgadas deverão permanecer vigentes até o total cumprimento das obrigações previstas em tais financiamentos.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 15. O Conselho Fiscal terá funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes.

Página 5 de 7



007744

COMPANHIA FECHADA



007745

CNPJ/MF N°. 29.938.085/0001-35
NIRE N°. 3530051461-1
COMPANHIA FECHADA



0064
007746

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.
(nova denominação da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A.)
CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35
NIRE Nº. 3530051461-1
COMPANHIA FECHADA

**-TERMO DE POSSE, DECLARAÇÃO
DE DESIMPEDIMENTO E DE RENÚNCIA À REMUNERAÇÃO-**

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme deliberação das Acionistas, devidamente consignada na correspondente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2018, às 14h00, foi eleito e é neste ato investido no cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.** (nova denominação da Sociedade Paulista de Mobilidade S.A.), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, sala 4, Vila Olímpia, CEP: 04551-065, São Paulo/SP ("**Companhia**"), o Senhor **LEONARDO COUTO VIANNA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 57.691.434-4 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 156.835.756-72, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, São Paulo/SP, com mandato de 02 (dois) anos a contar de 07 de março de 2018.

O membro do Conselho de Administração ora empossado aceita o cargo a ele conferido e, nos termos do art. 147 da Lei nº. 6.404/76 ("**LSA**") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 367, de 29 de maio de 2002 declara, sob as penas da lei, que:

- (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da LSA;
- (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da LSA;
- (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da LSA; e
- (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da LSA.

Para todos os fins de direito, o membro do Conselho de Administração ora empossado renuncia ao recebimento de qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

São Paulo-SP, 19 de março de 2018

SR. LEONARDO COUTO VIANNA

15º
29 MAR 2018
OAVIO CRIZEL
ESCRIVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTR. PI VERBA - R\$ 3,50



~~GFE~~

Colégio Notarial
Brasil
Lima
11237
AUTENTICAÇÃO
1059BB0561511



ACORDO DE ACIONISTAS E OUTRAS AVENÇAS

Este Acordo de Acionistas e Outras Avenças (o "Acordo de Acionistas" ou "Acordo") é celebrado entre:

- (i) **CCR S.A.**, companhia com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("CCR"), e
- (ii) **RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, 5º andar, sala 02, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.101.196/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("RuasInvest");

CCR e RuasInvest referidas como "Acionistas", e, cada uma delas, individualmente referida como "Acionista";

e, como Interveniente-Anuente,

- (iv) **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco B, 4º andar – sala 4, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.938.085/0001-35, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social, doravante designada (a "Companhia").

Considerando que as Acionistas formaram o Consórcio VIAMOBILIDADE (CCR com 83,34% de participação e RuasInvest com 16,66%), o qual foi declarado vencedor da Concorrência (conforme abaixo definido) e o respectivo objeto adjudicado, conforme despacho do Secretário dos Transportes Metropolitanos publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 17/03/2018, diante da manifestação da Comissão Especial de Licitação e do Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, no âmbito da Concorrência, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

Considerando que a Companhia foi constituída recentemente pela CCR e RuasInvest, com o objetivo de tornar-se oportunamente a sociedade de propósito específico que deverá celebrar o Contrato de Concessão decorrente da Concorrência;



Considerando que a celebração do Acordo de Acionistas constitui uma das condições precedentes para a celebração do Contrato de Concessão;

Considerando que as Acionistas desejam estabelecer seus respectivos direitos e obrigações com relação às ações, emitidas e a serem emitidas, representativas do capital social da Companhia; à administração e condução dos negócios da Companhia; e a alguns outros aspectos do relacionamento entre as Acionistas;

RESOLVEM, as partes, em consideração às premissas e avenças mútuas aqui contidas, celebrar o presente Acordo de Acionistas, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1 DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1.1. **Definições.** As seguintes palavras, expressões e abreviações com as letras iniciais em maiúsculas terão o significado atribuído a elas nesta Cláusula 1, exceto se expressamente indicado de forma diversa:

"**Acionista**" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"**Acionistas**" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"**Acionistas Ofertadas**" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"**Acionista Ofertante**" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"**Acordo**" significa este Acordo de Acionistas, juntamente com todos os seus anexos e respectivas alterações;

"**Ações**" tem o significado indicado na Cláusula 2.1 deste Acordo;

"**Ações Ofertadas**" tem o significado indicado na Cláusula 8.1 deste Acordo;

"**Afilhada**" significa, com relação a qualquer Pessoa, qualquer outra Pessoa que, a qualquer tempo, direta ou indiretamente, controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum com esta Pessoa, em que o termo "controle" deverá ser entendido como a propriedade, direta ou indireta, de valores mobiliários com direito

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Av. Dr. Campos do Meio, 100 - Jd. São José - São Paulo
13.132-332
AUTENTICAÇÃO
Cópia informada e autenticada
original arquivado em 04/09/2018
S. Paulo

15

Payto Moreira Lima

15.132-332

1059BB0661513



~~CS1~~

E

a voto que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante de qualquer tal Pessoa, ou, ainda, controle conforme o Artigo 116 das Lei das Sociedades por Ações;

"CCBC" tem o significado indicado na Cláusula 21.2 deste Acordo;

"Cessão Parcial Autorizada" tem o significado indicado na Cláusula 8.8 deste Acordo;

"Companhia" tem o significado indicado no Preâmbulo deste Acordo;

"Concessão" significa a concessão objeto do Contrato de Concessão a ser celebrado oportunamente;

"Concorrência" significa a Concorrência Internacional nº 02/2016, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

"Conflito" tem o significado indicado na Cláusula 21.1 deste Acordo;

"Conselheiros" significa os membros do Conselho de Administração da Companhia;

"Contrato de Concessão" é o contrato a ser celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente;

"Direito de Venda Conjunta" tem o significado indicado na Cláusula 9.1 deste Acordo;

"Diretor Presidente" significa o Diretor Presidente da Companhia, conforme definido nos documentos societários aplicáveis;

"Edital" significa o Edital da Concorrência Internacional nº 02/2016, promovida pelo Estado de São Paulo, por meio da STM;

"Estatuto Social" significa o estatuto social vigente da Companhia, conforme aprovado pelas Acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2018;

"Impasse" tem o significado atribuído no item 19.1 deste Acordo;



4

"Informação" tem o significado indicado na Cláusula 15.1 deste Acordo;

"Lei das Sociedades por Ações" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores;

"Memorando de Oferta" tem o significado indicado na Cláusula 8.2 deste Acordo;

"Notificação de Conflito" tem o significado indicado na Cláusula 21.1 deste Acordo;

"Plano de Negócios" significa planejamento estratégico, bem como revisões anuais, da Companhia que engloba, mas não se limita, aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros, os quais estarão limitados ao objeto do Contrato de Concessão, da Companhia, seu respectivo orçamento, planos e investimentos, planejamentos de usos e fontes de recursos, a identificação dos principais responsáveis, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia, adotada a proposta apresentada na Concorrência, conforme Edital, como sendo o Plano de Negócios Original;

"Pessoa" significa um indivíduo, uma sociedade, uma sociedade limitada, uma sociedade por ações, uma corporação, uma associação, uma sociedade de fato ou sem personalidade jurídica;

"Poder Concedente" significa o Governo do Estado de São Paulo;

"Quórum Qualificado" tem o significado indicado na Cláusula 3.3 deste Acordo;

"Quórum Super Qualificado" tem o significado indicado na Cláusula 3.3 deste Acordo;

"Sistema de Transportes" significa o sistema de transportes objeto da Concorrência;

"STM" significa a Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM do Estado de São Paulo;

"Sobras" tem o significado indicado na Cláusula 8.4 deste Acordo;

"Transferência Autorizada" tem o significado indicado na Cláusula 8.6 deste Acordo.



CAPÍTULO II COMPANHIA**CLÁUSULA 2 AÇÕES VINCULADAS AO ACORDO**

- 2.1. Sujeitam-se ao presente Acordo todas as ações do capital da Companhia de propriedade direta ou indireta das Acionistas, nesta data ou que vierem a sê-lo no futuro, inclusive, mas sem limitação, mediante subscrição, aquisição, bonificação, desdobramento ou grupamento (as "Ações").
- 2.2. Cada Acionista declara e garante, com relação às suas próprias Ações, que possui e é a legítima titular das Ações, conforme registro da Companhia, na proporção declarada no Anexo 2.2 deste Acordo, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus, restrições, direitos de preferência ou quaisquer obrigações de qualquer tipo, exceto por aqueles previstos neste Acordo, no Estatuto Social, no Contrato de Concessão ou no Edital.
- 2.2.1. As Acionistas se obrigam a manter entre si a mesma proporção de ações indicada no Anexo 2.2 durante toda a vigência deste Acordo, salvo se acordado de forma diversa entre as Acionistas ou se decorrente do não exercício do direito de preferência na subscrição pública de ações ou aquisição de Ações ou se decorrente da aplicação das penalidades previstas neste Acordo.
- 2.3. Todos os direitos das Acionistas decorrentes da titularidade das Ações serão exercidos em conformidade com os termos e condições aqui previstos.
- 2.4. As Acionistas concordam em não alienar, vender, ceder, transferir, onerar, gravar ou dispor ou dar em garantia de qualquer forma, no todo ou em parte, de suas respectivas Ações, exceto de acordo com o disposto neste Acordo.

CAPÍTULO III VOTO E ADMINISTRAÇÃO**CLÁUSULA 3 ASSEMBLEIAS DE ACIONISTAS**

- 3.1. As Acionistas terão os poderes para decidir todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja das Assembleias Gerais de Acionistas,



conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social ou por este Acordo.

3.2. As Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia serão convocadas conforme previsto no Estatuto Social ou a requerimento de qualquer Acionista, devendo tal requerimento ser acompanhado de pauta que contenha a descrição das matérias que serão discutidas e decididas na respectiva Assembleia Geral, toda a documentação pertinente às discussões e justificativa da necessidade e conveniência da análise e decisão sobre a matéria.

3.2.1. As Acionistas se comprometem a dispender seus melhores esforços para assegurar que seus representantes compareçam a todas as Assembleias Gerais de Acionistas.

3.3. A aprovação de qualquer matéria pelas Acionistas em Assembleia Geral da Companhia será efetuada por maioria simples de voto das Acionistas que comparecerem às respectivas Assembleias Gerais, ressalvado que a aprovação de qualquer das matérias listadas no item 3.3.1. exigirá os votos favoráveis de Acionistas representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do capital total votante da Companhia, em qualquer convocação ("Quórum Qualificado"), e a aprovação de qualquer das matérias listadas no item 3.3.2 exigirá os votos favoráveis de Acionistas representando, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do capital total votante da Companhia, em qualquer convocação ("Quórum Super Qualificado").

3.3.1. As seguintes matérias requerem a obtenção de Quórum Qualificado para aprovação:

- (i) alteração do Estatuto Social, exceto em caso de aumento de capital, na forma do item 3.3.2(iii);
- (ii) venda de ativos da Companhia que sejam essenciais para exploração de seu objeto social;
- (iii) autorização aos administradores para declarar falência ou requerer recuperação judicial ou homologação de recuperação extrajudicial;
- (iv) aprovação de qualquer alteração do Contrato de Concessão;

(v) redução de capital da Companhia, com ou sem entrega de bens ou dinheiro às Acionistas.



- (vi) alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, que impliquem aumento dos investimentos em montante consolidado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que: (a) não requeiram aportes de capital não previstos no Plano de Negócios; (b) tais investimentos sejam realizados em um período igual ou superior a 2 (dois) anos, de tal forma que o desembolso anual não ultrapasse o equivalente a 1/3 (um terço) deste valor; e (c) durante o período em que houver pagamentos pendentes de um investimento realizado dentro das condições precedentes citadas nesta cláusula, nenhum outro investimento não previsto no Plano de Negócios poderá ser contratado sem que seja obtida aprovação com quórum Super Qualificado. Neste caso, se houver ainda tais pagamentos pendentes relativos a investimentos não previstos e aprovados anteriormente, a aprovação no quórum Super Qualificado deverá ser adotada apenas se a soma desses investimentos aprovados conforme a regra prevista neste inciso (vi), e consequentemente não previstos no Plano de Negócios, tenha ultrapassado o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (vii) resgate ou amortização de ações;
- (viii) ajuizamento de qualquer ação judicial perante o Poder Concedente ou o início de qualquer procedimento arbitral relacionado ao Contrato de Concessão;
- (ix) aprovação das demonstrações financeiras anuais;
- (x) participação dos administradores nos lucros e resultados da Companhia;
- (xi) destinação do resultado do exercício, a nomeação e destituição dos auditores independentes; e
- (xii) realização de investimentos em montante consolidado de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), previstos em alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, desde que: (a) não requeiram aportes de capital não previstos no Plano de Negócios; (b) tais investimentos sejam realizados em um período igual ou superior a 2 (dois) anos, de tal forma que o desembolso anual não ultrapasse o equivalente a 1/3 (um terço) deste valor; e (c) durante o período em que houver pagamentos pendentes de um investimento realizado dentro das condições precedentes citadas nesta cláusula, nenhum outro investimento não previsto no Plano de Negócios

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Almeida, 1855
(Esp. da R. do Estado) - São Paulo/SP-05050-000
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a 15% - Nota
cópia - reprodução autêntica - conforme
original apresentado - Nota
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima

ESCRIVÃO AUTENTADO

CUSTAS CONTR. FUND. - R\$ 3,00



poderá ser contratado sem que seja obtida aprovação com quórum Super Qualificado. Neste caso, se houver ainda tais pagamentos pendentes relativos a investimentos não previstos e aprovados anteriormente, a aprovação no quórum Super Qualificado deverá ser adotada apenas se a soma desses investimentos aprovados conforme a regra prevista neste inciso (xii), e consequentemente não previstos no Plano de Negócios, tenha ultrapassado o valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3.3.2. As seguintes matérias requerem a obtenção de Quórum Super Qualificado para aprovação:

- (i) a criação de qualquer ônus ou gravame, seja de que natureza for, sobre quaisquer bens ou direitos de titularidade da Companhia, presentes ou futuros, tangíveis ou intangíveis;
- (ii) alterações anuais ou revisões do Plano de Negócios, que impliquem aumento dos investimentos em montante consolidado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (iii) aumento de capital ou emissão de qualquer instrumento ou valor mobiliário conversível em ações da Companhia, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada;
- (iv) abertura do capital da Companhia e suas condições;
- (v) aprovação da contratação e qualquer alteração aos contratos de fornecimento de equipamentos, operação ou manutenção do Sistema de Transporte objeto do Contrato de Concessão e que excedam R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social;
- (vi) realização de investimentos em montante consolidado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), não previstos no Plano de Negócios;
- (vii) qualquer transformação, fusão, incorporação, cisão, reorganização societária ou participação em grupo de sociedades envolvendo a Companhia;

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1135
(Cidade de São Paulo - SP) - CEP: 01305-000
AUTENTICAÇÃO
cópia fiel e verdadeira
original em meu poder
S. Paulo,

15º

04 ABR 2016

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTENTICO
CUSTAS CONTRIB. PREVIDENC.



- (viii) concessão de avais, fianças ou qualquer outra garantia ou contragarantia nos termos do Estatuto Social;
- (ix) eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, observado o disposto neste Acordo;
- (x) criação de ações preferenciais ou aumento dos direitos e preferências das ações preferenciais eventualmente emitidas ou conversão de ações do tipo preferencial em ordinária e vice-versa;
- (xi) aprovação, previamente à sua celebração, de qualquer negócio entre a Companhia e qualquer Acionista ou Afiliada de qualquer Acionista ou outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico destes Acionistas ou de suas Afiliadas;
- (xii) constituição de subsidiárias ou controladas, bem como a participação da Companhia em qualquer outra sociedade, subscrição pela Companhia de capital social de qualquer outra sociedade ou aumento da participação da Companhia em qualquer outra sociedade;
- (xiii) dissolução, liquidação, partilha ou cessação do estado de liquidação da Companhia ou quaisquer de suas controladas, coligadas ou subsidiárias; e
- (xiv) fixação de política de dividendos ou sua alteração, bem como a distribuição de dividendos de forma diversa da estabelecida na política, observado que a destinação do resultado do exercício e a referida fixação da política de dividendos deverá sempre obedecer ao disposto na Cláusula 13 deste Acordo.

3.4. As Acionistas concordam que, no caso de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas de qualquer aumento de capital acima do menor valor entre (i) o valor total de aportes de capital previsto no Plano de Negócios, ou (ii) o valor total de aportes de capital previsto no Plano de Negócios conforme revisado de tempos em tempos, as Acionistas irão aprovar, na mesma Assembleia Geral de Acionistas, que os acionistas da Companhia terão um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de realização tal Assembleia Geral de Acionistas para exercer o seu direito de preferência para subscrição das novas ações da Companhia.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 145
(Esq. da R. Faria Lima) - Tel. 3041-0550
AUTENTICAÇÃO
cópia reproduzida e autenticada
original depositado em
S. Paulo.

15º 04 ABR. 2018

Paulo Moreira I
ESCREVENTE AUTÓR
CUSTAS CONTRA, P/VER



CLÁUSULA 4 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.1. Os assuntos e negócios da Companhia serão discutidos e aprovados pelo Conselho de Administração, em conformidade com as disposições deste Acordo e a legislação aplicável.
- 4.1.1. O Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros, um dos quais será designado Presidente, eleitos em Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.
- 4.2 As Acionistas acordam que a eleição dos membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes deverá obedecer aos seguintes critérios:
- (i) CCR indicará 4 (quatro) membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente do referido Conselho de Administração;
 - (ii) RuasInvest indica 1 (um) membro do Conselho de Administração;
 - (iii) Se a RuasInvest reduzir sua respectiva participação para menos de 10% (dez por cento) do total das Ações com poder de voto perderá o direito de indicar qualquer membro para o Conselho de Administração; e
 - (iv) Apenas no caso de uma Acionista adquirir de outra Acionista um bloco de ações representando pelo menos 10% (dez por cento) de Ações com poder de voto, esta Acionista passará a ter o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração que antes cabia à outra Acionista.
- 4.2.1 No caso de admissão de novo acionista no quadro societário da Companhia que venha a deter mais de 15% (quinze por cento) de Ações com poder de voto, as Acionistas, por unanimidade, definirão uma sistemática de indicação de Conselheiros que se acomode à entrada deste novo acionista.
- 4.3 Os membros de Conselho de Administração elegerão o Presidente do Conselho de Administração, indicado pela CCR. As Acionistas concordam em exercer o voto a que têm direito suas Ações (ou fazer com que o direito de voto a que têm direito suas Ações seja exercido), pessoalmente ou por procurador, a favor das pessoas indicadas pela outra Acionista para a eleição em qualquer Assembleia Geral convocada para tal fim.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Faria, 1050
(Eq. d. R. P. 1050) - São Paulo, SP - 05508-900
AUTENTICAÇÃO - Assessoria Técnica do ATG
cópia - Autenticação válida - Controlada
original arquivado em
São Paulo,

15º

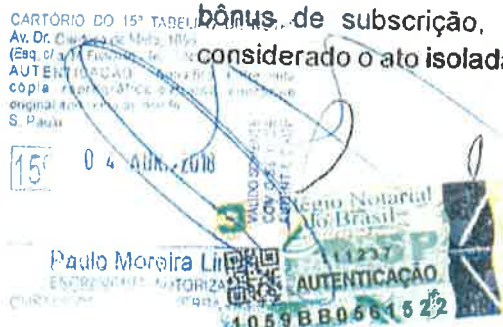
04 ABR 2018

Paulo Moreira
ESCRITÓRIO DE
CURTAS E CONTAS P. M.

Brasão Notarial
do Brasil
111232
AUTENTICAÇÃO
1059850661524



- 4.3.1 As Acionistas poderão, a qualquer tempo e por meio de notificação escrita às outras Acionistas, remover os membros do Conselho de Administração por elas respectivamente indicados. O substituto do membro do Conselho de Administração destituído será indicado pela mesma Acionista que havia indicado o membro destituído e as demais Acionistas deverão exercer o direito de voto de suas Ações a favor de tal remoção e substituição.
- 4.3.2 No caso de renúncia, morte ou invalidez permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, as Acionistas deverão convocar Assembleia Geral para indicar um substituto. O novo membro do Conselho de Administração será indicado pela Acionista que havia originalmente indicado o membro que renunciou, morreu ou se tornou permanentemente inválido e as outras Acionistas deverão exercer o direito de voto de suas Ações na Assembleia Geral convocada para este fim, em favor da pessoa indicada para referida substituição.
- 4.4 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas nos termos do Estatuto Social ou por qualquer Conselheiro mediante uma notificação, por escrito e com comprovante de recebimento, aos demais Conselheiros com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data pretendida para a reunião em questão. A notificação especificará todos os assuntos a serem discutidos e votados na reunião e incluirá todas as informações relevantes necessárias à instrução dos conselheiros sobre tais assuntos.
- 4.4.1 Na primeira reunião do Conselho de Administração de cada mandato, serão estabelecidas as datas para as reuniões ordinárias do órgão, que só poderão ser alteradas por consenso entre Acionistas.
- 4.5 As deliberações do Conselho de Administração em relação a todas e quaisquer matérias de sua competência somente serão consideradas aprovadas se contarem com o voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração, ressalvado que a aprovação de qualquer das seguintes matérias exigirá os votos favoráveis de 4 (quatro) membros do Conselho de Administração, sendo que um dos votos favoráveis será necessariamente do membro do Conselho indicado pela RuasInvest:
- (i) contratação de qualquer empréstimo, financiamento, obrigação, garantia de qualquer natureza (incluindo, mas sem limitação, a emissão pela Companhia de instrumentos de dívida e/ou valores mobiliários, debêntures, bônus de subscrição, opções de compra ou de partes beneficiárias), considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza



A

realizados num mesmo exercício social, que supere a quantia de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios, assim como a aprovação dos custos relacionados;

- (ii) venda, arrendamento, transferência, oneração ou outra forma de alienação dos bens da Companhia, em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e
- (iii) aquisição de quaisquer ativos (incluindo valores mobiliários) em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não previstos no Plano de Negócios.

4.6. As reuniões do Conselho de Administração também serão consideradas entre presentes quando realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda, aos Conselheiros a manifestação na reunião por meio da submissão prévia de voto escrito ao seu presidente.

CLÁUSULA 5 REUNIÕES PRÉVIAS

- 5.1. As Acionistas se comprometem a exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais e, por meio de seus Conselheiros, nas reuniões do Conselho de Administração sempre de modo uniforme, proferindo o mesmo voto, respeitadas as condições deste Acordo, em especial as constantes desta Cláusula.
- 5.2. Para deliberarem a respeito dos votos uniformes a serem proferidos em Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, as Acionistas reunir-se-ão em reunião prévia no dia imediatamente anterior à Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, no mesmo horário e local da realização destas. As decisões tomadas em reunião prévia serão tomadas por acionistas representando a maioria das Ações, exceto conforme disposto nas Cláusulas 5.5 e 5.6 abaixo.
- 5.3. À Acionista a quem couber a indicação do Presidente do Conselho de Administração caberá também, durante o prazo do mandato de seu indicado, convocar as reuniões prévias previstas nesta Cláusula, colher os votos dos Acionistas, registrar as deliberações em ata ou documento equivalente e

CARTÓRIO DO 15º TABELADO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1555
(Esq. d/a R. Fúria) - Tel: 3043-0515/3043-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica o Original
cópia, reconstrução, reprodução, etc.
original apresentado em
S. Paulo.

15º

04. ABR. 2010

Paulo Moreira Lima
ESCRITÓRIO NOTARIAL
CUSTAS CONTRIB. P/ VEM.



comunicar às demais Acionistas o voto uniforme a ser proferido na Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração.

- 5.3.1. A reunião prévia será instalada em primeira convocação com a presença de todas as Acionistas, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos mais tarde, com qualquer quórum, exceto nos casos em que se exigir maioria qualificada (Cláusulas 5.5 e 5.6) para votação das matérias, quando então essa será considerada o quórum mínimo. A ata ou outro documento de registro da deliberação deverá ser assinada por todas as Acionistas presentes na reunião prévia.
- 5.3.2. As manifestações de cada Acionista, quando a reunião prévia não for pessoal, deverão ser comunicadas por escrito, via fac-símile ou correio eletrônico, no mesmo dia da primeira convocação, devendo ser assinado o original da ata no dia da Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração por todas as Acionistas.
- 5.4. A mesa diretora dos trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, a quem a Acionista referida no item 5.3 comunicará o resultado da reunião prévia realizada nos termos desta cláusula. A Assembleia Geral não será instalada enquanto o seu Presidente não receber a comunicação referida neste item. A reunião do Conselho de Administração não será instalada enquanto o Presidente deste órgão não receber a comunicação referida no item 5.3.
- 5.5. Nas reuniões prévias, o voto uniforme a ser proferido por todas as Acionistas em Assembleia Geral será definido pelo voto de acionistas representando um Quórum Qualificado ou Quórum Super Qualificado, para a aprovação de qualquer das matérias listadas na Cláusula 3.3.
- 5.6. Nas reuniões prévias, o voto uniforme a ser proferido por todos os Conselheiros no Conselho de Administração será definido pelo voto de pelo menos 4 (quatro) Conselheiros, sendo que um dos votos favoráveis será necessariamente do membro do Conselho indicado pela RuasInvest, em qualquer das matérias listadas na Cláusula 4.5.
- 5.7. Se nas reuniões prévias não forem alcançados os quóruns referidos nos itens 5.5 e 5.6, seja por não aprovação da matéria ou pela ausência de Acionistas necessários para atingir o quórum qualificado, será declarado o impasse, a ser resolvido conforme previsto na Cláusula 19 deste Acordo.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE REGISTRO
Av. Dr. Cardoso de Mello, 150 - Jd. Paulista
(Cidade de São Paulo)
AUTENTICAÇÃO: cópia xerográfica e original
original apresentado em
S. Paulo.

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/VERDA - R\$ 150,-



- 5.8. Se qualquer dos membros do Conselho de Administração deixar de acatar a orientação sobre o exercício do voto, a Acionista que o indicou tomará imediatamente as providências necessárias para a sua substituição, convocando-se Assembleia Geral para destituição e eleição do cargo, observadas as demais condições deste Acordo. Em caso de omissão do Acionista responsável pela indicação do conselheiro que não acatou a orientação sobre o exercício do voto, qualquer Acionista poderá convocar Assembleia Geral para a destituição do referido conselheiro, ficando o cargo vago até a indicação de outra pessoa física para o substituir pelo Acionista a quem cabe promovê-la nos termos deste Acordo.
- 5.9. A abstenção ou mesmo o exercício do direito de voto em Assembleia Geral ou Conselho de Administração em desacordo com a presente Cláusula ou outra disposição do Acordo importará a nulidade da deliberação que assim for adotada, sem prejuízo de a parte interessada promover a execução específica da obrigação descumprida.

CLÁUSULA 6 COMITÊS DA COMPANHIA

- 6.1. A Companhia poderá instituir Comitês Técnicos, sem qualquer função executiva, que as Acionistas considerarem necessários para a condução dos negócios e as atividades da Companhia. O funcionamento de tais Comitês será regulado pelas regras que vierem a ser acordadas pelas Acionistas, quando da deliberação para criação de referido Comitê.

CLÁUSULA 7 DIRETORIA

- 7.1. A Companhia terá uma Diretoria, que será composta por 2 (dois) Diretores dentre os quais um será designado o Diretor Presidente, e outro Diretor sem designação específica. Os Diretores serão escolhidos e recrutados no mercado dentre profissionais competentes e especializados na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos ou de infraestrutura, de experiência comprovada e reputação ilibada. Os Diretores exercerão as atribuições a eles conferidas pelo Conselho de Administração e atuarão no âmbito das atribuições que lhes foram assim conferidas. Os Diretores serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e exercerão suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.

CARTÓRIO DO 15º REGISTRO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Faria, 150 - Jd. Paulista
(04) 304-1111 - Fone (04) 304-1111
AUTENTICAÇÃO
cópia reprográfada e autenticada
original apresentado
S. Paulo,

15º

04 ABR. 2010

Paulo Moreira L.
ESCRIVENTE AUT.
CUSTAS CONTRA. PAV. 10



- 7.2. As Acionistas concordam, neste ato, que a Diretoria da Companhia terá poderes para decidir sobre qualquer investimento ou despesa cujo montante envolvido seja igual ou inferior ao montante equivalente a R\$100.000,00 (cem mil reais) considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, desde que não previstos no Plano de Negócios.
- 7.3. As Acionistas poderão, a qualquer tempo e por meio de notificação escrita às outras Acionistas, solicitar a remoção de qualquer membro da Diretoria, mediante apresentação prévia de solicitação razoável e justificada, por escrito, às outras Acionistas (incluindo, sem limitação, resultante de negligência ou má conduta).

CAPÍTULO IV ACORDO SOBRE DIREITOS DE TRANSFERÊNCIA E DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 8 DIREITO DE PREFERÊNCIA E COMPRA E VENDA

- 8.1. As Acionistas não poderão dispor ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, suas respectivas Ações, durante toda a vigência deste Acordo, exceto na hipótese de se tratar de uma Transferência Autorizada ou Cessão Parcial Autorizada. Mesmo na hipótese de uma Transferência Autorizada, as Acionistas não poderão dispor ou de qualquer forma transferir, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, suas respectivas Ações, caso mencionada transferência viole quaisquer dos termos do Edital ou do Contrato de Concessão. Durante o prazo de vigência deste Acordo, nenhuma das Acionistas, seus respectivos sucessores ou cessionários autorizados (a "Acionista Ofertante") poderá dispor ou de qualquer forma transferir, direta ou indiretamente, de suas respectivas Ações no todo ou em parte (as "Ações Ofertadas") sem antes oferecê-las para os demais Acionistas (as "Acionistas Ofertadas"), que terão o direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas, na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Referida oferta será feita de acordo com o procedimento descrito nesta Cláusula 8.
- 8.2. A oferta descrita nesta Cláusula será feita por meio de notificação escrita enviada pela Acionista Ofertante, a ser entregue às Acionistas Ofertadas, que terão prioridade na aquisição das Ações Ofertadas, de acordo com as disposições da Cláusula abaixo, estabelecendo o preço por ação das Ações Ofertadas, a

CARTÓRIO DO 1º Tabelião de Notas
Av. Dr. Carlos de Faria, 100 - Jd. Paulista
11.000-000 - São Paulo, SP
AUTENTICAÇÃO - cópia autenticada em
original apresentado em 04/04/2018
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO PÚBLICO
CUSTAS CONTRA 71

11237
AUTENTICAÇÃO
1059880661528



C94

quantidade de Ações Ofertadas, as condições de pagamento, e quaisquer outros termos relevantes da venda ou transferência proposta. (o "Memorando da Oferta").

- 8.3. Durante o período de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da notificação descrita na Cláusula anterior, cada uma das Acionistas Ofertadas deverá informar individualmente à Acionista Ofertante, por escrito, se (i) deseja adquirir as Ações Ofertadas, na proporção da sua participação na Companhia, desconsiderada a participação da Acionista Ofertante, aquisição esta que será concluída de acordo com os termos previstos no Memorando da Oferta, ou (ii) recusa a aquisição das Ações Ofertadas.

8.3.1. Na hipótese de as Acionistas Ofertadas aceitarem a aquisição das Ações Ofertadas, referida aceitação deverá ser feita por escrito. A oferta de aquisição será considerada recusada pela Acionista Ofertada se a notificação de aceitação não for respondida no prazo de 30 (trinta) dias.

- 8.4. Na hipótese de alguma das Acionistas Ofertadas não exercer o seu direito de preferência, as Ações Ofertadas que não forem adquiridas por tal Acionista Ofertada ("Sobras") poderão ser adquiridas por qualquer uma das demais Acionistas Ofertadas.

8.4.1. As Acionistas Ofertadas terão direito de preferência sobre a aquisição da totalidade das Sobras, de acordo com a proporção detida por elas no capital social, descontada a participação da Acionista Ofertada que não exerceu o direito de preferência.

- 8.5. Na hipótese de as Acionistas Ofertadas deixarem de exercer o seu direito de preferência com relação às Ações Ofertadas, nos termos da Cláusula 8.3 acima, então a Acionista Ofertante terá o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da notificação de recusa, ou da data em que deveria ter sido recebida a notificação das Acionistas Ofertadas com relação à não aceitação da oferta, para concluir com um terceiro a venda das Ações Ofertadas nos termos e condições do Memorando da Oferta (ou por um preço por ação que seja superior ao preço especificado no Memorando da Oferta) para o terceiro interessado. Caso a alienação não ocorra durante tal prazo de 90 (noventa) dias corridos, então a Acionista Ofertante, caso ainda tenha a intenção de alienar as Ações Ofertadas, deverá reiniciar os procedimentos previstos nas Cláusulas 8.2 a 8.5.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1688
(Esq. da R. F. Lima, 215, 055-010)
AUTENTICADO
cópia representativa do original
S. Paulo

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira
ESCRIVENTE AUT.
CUSTAS CONTR. P. V.



C95

- 8.5.1. O Memorando de Oferta previsto na Cláusula 8.2 acima, somente será válido para os fins desta Cláusula 8, se todas as condições abaixo estiverem presentes:
- (a) a oferta for irrevogável, intransferível e incondicional (exceto com relação à ocorrência de qualquer alteração na titularidade das Ações Ofertadas, tal como especificada no Memorando da Oferta, conforme o caso, à verificação de matérias de fato e à realização de uma auditoria de acordo com as práticas usuais, e outras condições usuais que não estejam no controle ou a critério da Acionista Ofertante);
 - (b) o adquirente concordar em assumir todos os direitos e obrigações da Acionista que alienar as suas Ações com relação à Companhia, nos termos deste Acordo;
 - (c) o adquirente obtiver até a efetiva aquisição das Ações, todas as aprovações regulatórias ou estatutárias relativas à aquisição das Ações Ofertadas.
- 8.6. As Acionistas não terão o direito de preferência contemplado nesta Cláusula com relação a quaisquer transferências e disposições de Ações feitas por qualquer Acionista em favor de qualquer uma de suas respectivas Afiliadas, observado o disposto abaixo ("Transferência Autorizada").
- 8.7. Na hipótese de uma transferência realizada em favor de qualquer uma de suas respectivas Afiliadas, a Acionista deverá (a) antes de transferir as Ações, concordar, por escrito, em não transferir suas ações, dividir, dispor do controle (como previsto na Lei das Sociedades por Ações) de referida Afiliada, de qualquer forma, sem antes fazer com que as Ações voltem a serem detidas pela Acionista cedente; (b) fazer com que a respectiva Afiliada se torne parte deste Acordo, nos termos do item 8.9 abaixo; e (c) concordar em permanecer conjunta e solidariamente responsável com sua Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 10 deste Acordo.
- 8.8. Caso seja identificado um potencial novo acionista pela CCR, as Acionistas concordam em ceder parte de sua participação na Companhia para o novo acionista até o limite de 10% (dez por cento) de participação total na Companhia, mediante diluição na forma constante do Anexo 8.8 deste Acordo, sendo que, se a participação do novo acionista for menor do que 10% (dez por cento), se aplicará o quadro constante do Anexo 8.8 de forma proporcional a efetiva participação do novo acionista ("Cessão Parcial Autorizada"). O novo acionista aderirá e

115º 4 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRIVENTE AUTORIZADO
DO CONTRIB. P. VERBA - R\$ 1.000,00



concordará com os termos e condições deste Acordo nos termos do item 8.9. abaixo.

8.8.1. No caso de Cessão Parcial Autorizada das Ações detidas pelas Acionistas na Companhia, na forma prevista na Cláusula 8.8 supra, o Anexo 2.2. deste Acordo deixará de ser aplicável, sendo que, neste caso, em conjunto com a assinatura do livro de transferência de ações da Companhia, será assinado acordo de acionistas entre as Acionistas e o novo acionista, em forma substancialmente similar ao presente Acordo.

- 8.9. Transferências ou cessões de Ações somente serão válidas e efetivas caso o cessionário concorde, por escrito e incondicionalmente, em aderir aos termos e condições deste Acordo e quaisquer alterações, como se fosse uma das partes originais deste Acordo e desde que não importem em qualquer violação ao Edital ou ao Contrato de Concessão.
- 8.10. Exceto conforme previsto na Cláusula 8.6 acima, nenhuma das Acionistas poderá gravar, empenhar ou criar qualquer ônus sobre suas respectivas Ações (inclusive dá-las em usufruto) sem a aprovação prévia e por escrito das outras Acionistas.
- 8.11. Quaisquer transferências de Ações ou quaisquer criações de ônus ou encargos sobre as Ações, em desacordo com as disposições deste Acordo, não serão válidos e a Companhia não registrará quaisquer tais transferências ou ônus.

CLÁUSULA 9 DIREITO DE VENDA CONJUNTA

- 9.1. Na hipótese de recebimento de um Memorando da Oferta, se a Acionista Ofertante for a CCR e se o Memorando da Oferta contemplar a venda de mais de 50% das Ações de titularidade da CCR, as Acionistas Ofertadas poderão (o "Direito de Venda Conjunta"), mediante notificação por escrito à CCR, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento de cópia do Memorando da Oferta, como condição preliminar a qualquer alienação das Ações Ofertadas pela CCR, exigir de eventual terceiro adquirente que a alienação das Ações Ofertadas englobe as Ações então detidas pelas Acionistas Ofertadas. O Direito de Venda Conjunta será proporcional, ou seja, em caso de exercício desse direito pelas Acionistas Ofertadas, estas terão o direito de alienar o número de ações oferecidas à venda pela CCR, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, por um preço por Ação igual ao oferecido no Memorando de Oferta, e de acordo com os mesmos termos e condições previstos no Memorando



de Oferta. Se qualquer das Acionistas Ofertadas deixar de notificar a CCR de sua intenção de exercer o seu Direito de Venda Conjunta, no prazo de 30 (trinta) dias corridos acima referido, então será considerado que a referida Acionista Ofertada deixou de exercer referido direito de forma irrevogável.

- 9.2. Na hipótese de alguma das Acionistas Ofertadas não exercer o seu Direito de Venda Conjunta, as demais Acionistas Ofertadas terão direito de exercer o Direito de Venda Conjunta em relação ao percentual a que a Acionista Ofertada que não exerceu o Direito da Venda Conjunta faria jus, ou seja, terão o direito de incluir proporcionalmente as suas ações na venda até o número de ações a que a Acionista Ofertada teria o direito.

CLÁUSULA 10 OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS; AUMENTOS DO CAPITAL SOCIAL; PRESTAÇÃO DE GARANTIAS E/OU CONTRAGARANTIAS

- 10.1. **Regra Geral.** Para consecução do objeto social da Companhia, cumprimento do Contrato de Concessão e atendimento do Plano de Negócios, as Acionistas envidarão seus melhores esforços para que a Companhia obtenha recursos, prioritariamente, pela contratação de financiamentos no País ou no exterior.

- 10.1.1. Em se tratando de financiamentos, a Companhia deverá fornecer garantias próprias ou obter de terceiros independentes as garantias necessárias à obtenção desses financiamentos, sempre estruturando os financiamentos de forma a eliminar ou limitar eventual direito de regresso dos financiadores contra as Acionistas.

- 10.2. **Prestação de Garantias e/ou Contragarantias pelas Acionistas.** As Acionistas decidirão pelo voto afirmativo de 95% (noventa e cinco por cento) das Ações com direito a voto sobre a prestação, bem como seus termos e condições, de garantias e/ou contragarantias necessárias para que a Companhia obtenha os financiamentos necessários para cumprir seu programa de investimento, de acordo com o estabelecido no Plano de Negócios. A obrigação assumida pelas Acionistas nesta cláusula está sujeita as seguintes condições:

- (i) as garantias e/ou contragarantias que vierem a ser oferecidas por cada uma das Acionistas deverão ser prestadas na proporção das Ações detidas por cada qual; e

- (ii) a obrigação de oferecer garantias ou contragarantias às obrigações da

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1855
(54) 3341-1111
AUTENTICAÇÃO
cópia representativa da
original arquivada em
S. Paulo.

15º

02.08.2018

Paulo Moreira
ESCRITÓRIO NOTARIAL
CUSTAS CÍVIL RIVER
Colégio Notarial
Brasil
11237
AUTENTICAÇÃO
1059880561530



A

Companhia somente será exigível de qualquer uma das Acionistas se o oferecimento de garantias e/ou contragarantias não implicar solidariedade entre as Acionistas, quanto ao valor total ou mesmo parcial e demais obrigações garantidas.

10.2.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 10.3 abaixo, na hipótese de qualquer das Acionistas deixar de prestar, na proporção de suas Ações e nos termos decididos pelas Acionistas, as garantias e/ou contragarantias às obrigações assumidas pela Companhia, as demais Acionistas obrigam-se a complementar a garantia ou contragarantia não prestada, na proporção de suas Ações, desconsiderando-se as Ações da Parte inadimplente. Esta obrigação ficará sem efeito se obtida a execução específica, nos termos da Cláusula 10.3 abaixo.

10.3. Penalidade para o descumprimento da obrigação de prestar garantias e/ou contragarantias. A Parte que deixar de prestar, na proporção de suas Ações e nos termos aprovados segundo o disposto na Cláusula 10.2 acima, as garantias e/ou contragarantias às obrigações assumidas pela Companhia ficará sujeita às seguintes penalidades alternativas, sem prejuízo da execução específica da obrigação descumprida:

- (i) o pagamento de multa pecuniária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor que deveria ter sido garantido e/ou contragarantido pela Parte inadimplente. A multa deverá ser paga *pro rata* às demais Acionistas adimplentes, mediante transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária das Acionistas, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que a garantia e/ou contragarantia deveria ser prestada;
- (ii) a suspensão temporária do direito de voto em reuniões prévias e os direitos econômicos da Parte inadimplente. Os dividendos e/ou juros sobre capital a que tem direito a Parte inadimplente reverterão *pro rata* às demais Acionistas adimplentes, enquanto perdurar a inadimplência; ou
- (iii) a venda compulsória de Ações detidas pela Parte inadimplente, conforme procedimento estabelecido na Cláusula 10.4. abaixo. A quantidade de Ações a ser vendida compulsoriamente será determinada de forma a restabelecer a proporção entre a quantidade de Ações detidas pela Parte inadimplente em relação ao número total de ações emitidas pela Companhia e o valor total das garantias e/ou contragarantias em vigor

CARTÓRIO DO 15º TERCEIRO DE 1000
Av. Dr. Carlos de Mello, 1000
(Esp. da R. Funchal, tel. 2000-0000)
AUTENTICAÇÃO
cópia representativa da original apresentada
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA VERBA - R\$



anteriormente prestadas pela Parte inadimplente em relação ao valor total das garantias e/ou contragarantias em vigor anteriormente prestadas pelos demais Acionistas.

Os direitos políticos e econômicos estarão suspensos pelo prazo em que perdurar a inadimplência. Na hipótese de qualquer das garantias e/ou contragarantias outorgadas pelas demais Acionistas, nos termos da Cláusula 10.2.2, vierem a ser exercidas pelos terceiros credores, a retomada dos direitos políticos da Parte inadimplente dependerá do pagamento, mediante transferência eletrônica de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária das Acionistas, à Parte que teve a garantia e/ou contragarantia exercida, do valor equivalente à parcela da garantia e/ou contragarantia que caberia à Parte inadimplente.

- 10.3.1. Na hipótese de suspensão dos direitos políticos da Parte Inadimplente, as demais Acionistas adimplentes terão o direito de, por decisão majoritária simples, substituir, ou fazer com que seja substituído em Assembleia Geral da Companhia, os Conselheiros indicados pela Acionista inadimplente.
- 10.3.2. A escolha da penalidade a ser aplicada à Parte inadimplente, dentre as penalidades previstas na Cláusula 10.3 e itens acima, caberá às Acionistas adimplentes, sendo possível cumular as penalidades previstas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 10.3. A escolha deverá ser feita, em reunião especial, com voto afirmativo de Acionistas representando, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Ações com direito a voto, excluídas às Ações detidas pela Parte inadimplente. Será lavrada uma ata da reunião, que será assinada pelos representantes das Acionistas presentes que representem, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) das Ações com direito a voto das Acionistas adimplentes, e seu conteúdo será formalmente comunicado à Parte inadimplente, sendo título hábil e suficiente à imposição da penalidade então escolhida.
- 10.3.3. Na hipótese de determinado Acionista prestar garantia e/ou contragarantia, conforme aprovado nos termos da Cláusula 10.2, e posteriormente ficar impossibilitado de manter tal garantia e/ou contragarantia, não sendo possível a execução específica prevista na Cláusula 10.3 (inclusive, sem limitação, na hipótese de alteração do perfil de crédito do Acionista que possa prejudicar as condições do financiamento), tal Acionista inadimplente deverá apresentar ao financiador correspondente garantia que substitua, de forma satisfatória ao financiador,

CARTÓRIO (10) 15º TABELÃO DE VOTOS
Av. Dr. Carlos de Mello, 1655
(Esq. da R. Francisco de Sá, 3045-05)
AUTENTICAÇÃO
cópia representativa do original
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira L. M.
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA, PIVERDA.



a garantia e/ou contragarantia que deixar de prestar, tal como fiança bancária ou outro tipo de garantia aceitável e que não comprometa os termos do financiamento. Se tal substituição de garantia não for prontamente oferecida pelo Acionista inadimplente, e se o Acionista adimplente fornecer garantia própria em substituição da garantia do Acionista inadimplente, sem prejuízo e adicionalmente às penalidades previstas na Cláusula 10.3, o Acionista adimplente poderá cobrar do Acionista inadimplente, a título de indenização, (i) todos os custos e encargos decorrentes da prestação da garantia adicional que houver prestado em nome do inadimplente, calculados à taxa de mercado, nos limites da lei aplicável, e (ii) se ocorrer a cobrança ou execução de tal garantia adicional oferecida pelo Acionista adimplente, a totalidade dos valores pagos, danos e custos despendidos em decorrência da execução ou pagamento de tal garantia.

10.3.4. Para evitar dúvidas ou controvérsias futuras quanto à aplicação das penalidades estabelecidas nesta Cláusula 10.3 e itens acima, cada uma das Acionistas, neste ato, manifesta sua expressa, irrevogável e irretratável concordância quanto aos termos, condições e procedimento para imposição de penalidade estabelecidos neste Capítulo, declarando ser expressão integral da vontade de cada uma das Acionistas.

10.4. **Venda Compulsória de Ações.** As partes estabelecem que, para a hipótese de Venda Compulsória de Ações, o preço de compra e venda das ações será determinado com base no menor valor entre: o valor de mercado, o valor proporcional ao capital integralizado e o valor econômico das ações, todos apurados na data em que ocorrer o descumprimento da obrigação de prestar garantia e/ou contragarantia (Cláusulas 10.2 e 10.3, acima) ou de subscrever e/ou de integralizar aumentos de capital (Cláusulas 10.5 e 10.6, abaixo), conforme o caso. As Acionistas desde já acordam e aceitam que o valor apurado sofrerá uma redução de 10% (dez por cento), a título de multa, e o resultado será o preço final a ser pago, pelas demais Acionistas à Parte inadimplente, em dinheiro, no prazo de 10 (dez) dias contados da determinação do valor das ações.

10.4.1. A venda deverá ser feita às Acionistas adimplentes da obrigação na proporção das Ações detidas por cada uma delas, sem considerar a quantidade de Ações detidas pela Parte inadimplente. As demais Acionistas estarão obrigadas a adquirir a parcela das ações detidas pela Parte inadimplente, sob pena de incorrer na mesma penalidade de venda compulsória. A imposição da penalidade prevista nesta cláusula 10.4 e sub-

CARTÓRIO DO 15º TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Av. Dr. Carlos de Mesquita, 1530
(Faq. de B. Funchal) Tel. (011) 255-1111
AUTENTICAÇÃO - Autenticada a Presente
cópia. Original Arquivado. Continuar
original em cartório. S. Paulo,

15º

04 APR 2018

Paulo Moreira
ESCRIVÃO AUT.
CUSTAS CONTRA P.V.L.



cláusulas somente poderá ser afastada por decisão favorável da totalidade das Acionistas, sem considerar o voto da Parte inadimplente.

10.4.2. Para os fins deste Acordo, entende-se que:

- (i) **valor de mercado** é o valor médio decorrente de negociações em bolsa de valores e/ou mercado de balcão, ocorridas nas quatro semanas imediatamente anteriores à data em que o inadimplemento ocorrer;
- (ii) **valor proporcional ao capital integralizado** é o valor resultante da divisão do total do capital integralizado da Companhia pelo número de ações emitidas, corrigido monetariamente de acordo com o índice correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da variação do CDI entre a data das integralizações e o efetivo pagamento; e
- (iii) **valor econômico** é o valor calculado pelo método do fluxo de caixa descontado a valor presente, mediante a utilização da taxa de desconto aplicável quando da avaliação, conforme definida pelos bancos que vierem a ser escolhidos nos termos previstos abaixo, observado o disposto nas cláusulas 10.4.2.1; 10.4.2.2. e 10.4.2.3. abaixo.

10.4.2.1. O valor econômico das ações será calculado por 2 (dois) bancos de investimentos de primeira linha, sendo um escolhido pela Parte inadimplente e o outro escolhido pelas Acionistas que estejam adquirindo ações da Parte inadimplente. Os bancos de investimentos deverão ser escolhidos pelas Acionistas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do inadimplemento e deverão apresentar o valor econômico das ações em questão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a partir de sua contratação pelas Acionistas. As Acionistas, desde já, acordam e aceitam que, na hipótese da Parte inadimplente ou das demais Acionistas deixarem de indicar bancos de investimento para proceder à avaliação, tal falta representará a renúncia ao direito de indicação. Nesse caso, a avaliação apresentada pelo único banco que tiver sido indicado será final, irrecorrível e incontestável, salvo em caso de erro grosseiro notório.

10.4.2.2 Na hipótese de haver variação igual ou inferior a 15% (quinze por cento) entre o valor econômico apurado pelos dois bancos de investimento para as ações objeto da aquisição, o valor econômico

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Esq. c/ a R. Funchal) - Tel: 3045-0519/0503-5160
AUTENTICAÇÃO - Autenticado e registrado
cópia autenticada extinta - comparece
original e apresente em 10
S. Paulo

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTENTICO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA



a ser utilizado para efeitos desta cláusula será o valor correspondente à média aritmética entre tais valores.

10.4.2.3 Na hipótese de haver variação superior a 15% (quinze por cento) entre o valor econômico apurado pelos dois bancos de investimento para as ações objeto da aquisição, a Companhia deverá escolher um terceiro banco de investimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, que deverá arbitrar, dentro das premissas consideradas pelos dois primeiros bancos, o valor econômico das ações em questão.

10.4.2.4 A Parte inadimplente arcará com os honorários e demais despesas incorridas pelos dois bancos de investimento indicados, e todas as Acionistas suportarão, em partes iguais, os honorários e demais despesas incorridas pelo terceiro banco de investimento que vier a ser contratado pela Companhia.

10.4.3. Para evitar dúvidas ou controvérsias futuras quanto à aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula 10.4. e sub-cláusulas acima, cada uma das Acionistas neste ato manifesta sua expressa, irrevogável e irretratável concordância quanto aos termos, condições e procedimento para imposição de penalidade estabelecidos neste Capítulo, declarando ser expressão integral da vontade de cada uma das Acionistas.

10.5. Aumentos do Capital Social – Regra Especial. Quando não for possível obter recursos por financiamentos ou através de colocação de ações junto a investidores, as Partes deverão subscrever e integralizar ações em aumento do capital social da Companhia, em montante adequado para que a Companhia possa cumprir seu plano de Negócios e o Contrato de Concessão ou firmar empréstimos (mútuos) à Companhia.

10.5.1. As Acionistas expressam, neste ato, o entendimento de que é de extrema importância para o sucesso das operações da Companhia o atendimento do Plano de Negócios e do Contrato de Concessão. Sendo assim, as Acionistas, desde já, acordam que nenhuma das Acionistas poderá recusar-se a subscrever e integralizar ações em aumento do capital social da Companhia quando tais aportes estiverem expressamente previstos e aprovados no Plano de Negócios, sob pena de incorrer na penalidade prevista na cláusula 10.6. abaixo.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO
Av. Dr. Cassiano de Melo, 1055
(Rio. da R. Faria) Tel. 240-0511-240-0512
AUTENTICAÇÃO
cópia, reprodução autônoma
original e autônoma, para fe
S. Paulo,

 15°

04 APR 2018

Paulo M.
ESCREVEN
CUSTAS CONTR.

3 CORÇÃO Natural
do Brasil
111237
AUTENTICAÇÃO
Y059B80561536



10.5.2. Na hipótese de qualquer das Acionistas deixar de subscrever e/ou integralizar as ações emitidas em aumento do capital social da Companhia, as demais Acionistas deverão subscrever e integralizar tal participação, na mesma proporção das Ações detidas por cada qual, excluídas as Ações detidas pela Parte inadimplente, sob pena de incorrer na penalidade prevista na cláusula 10.6. abaixo.

10.5.3. A opção pela realização de mútuos, em lugar de aportes, deverá ser tomada por quórum de 85% (oitenta e cinco por cento) dos Acionistas, sendo que a rejeição dessa proposta implicará na obrigação prevista na cláusula 10.5, *caput* e itens 10.5.1 e 10.5.2.

10.6. **Penalidade para o descumprimento da obrigação de subscrever e integralizar aumentos do capital social.** A Parte que deixar de subscrever e/ou integralizar as ações que proporcionalmente lhe couberem em aumentos de capital social da Companhia, na forma e nos prazos acordados na Assembleia Geral que deliberou sobre o aumento de capital no valor necessário para que a Companhia possa cumprir seu Plano de Negócios e o Contrato de Concessão, ficará sujeita incondicionalmente à penalidade de venda compulsória, às demais Acionistas, da mesma quantidade de ações que a Parte inadimplente tiver deixado de subscrever e/ou integralizar.

10.7. Fica desde já esclarecido que a outorga de garantias e/ou contra-garantias pelas Acionistas, ou a subscrição e integralização de ações pelas Acionistas deverá ser feita de forma concomitante e simultânea com todas as demais Acionistas, na proporção das suas respectivas participações acionárias, sob os mesmos termos e condições aplicáveis às demais Acionistas

CLÁUSULA 11 CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

11.1 As Acionistas desde já concordam que, para a exploração da Concessão, a Companhia deverá contratar a CCR – divisão Actua ("Actua"), Companhia de Participações em Concessões – divisão Engelog ("Engelog"), e Companhia de Participações em Concessões – divisão Engelogtec ("Engelogtec"), para prestarem serviços técnicos, legais, contratuais, financeiros, contábeis, tributários, entre outros.

CARTEIRO DO 15º TABELADO DE
Av. Dr. Cândido de Melo, 1055
(Rua da R. Funchal) - Tel. 011-3081-1000
AUTENTICAÇÃO: Autentica a Presença
-ônia - reprodução da imagem, conforme
original apresentado, do Sr.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2010

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTR. B. P. VERBA



11.2. A contratação da Actua, Engelog e Engelogtec será feita sob condições de mercado, consideradas as peculiaridades da Concessão.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 12 PODER CONCEDENTE

12.1. Não obstante qualquer outro dispositivo deste Acordo em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou pelas Acionistas após prévia autorização do Poder Concedente:

- (i) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao Poder Concedente;
- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência do controle acionário da Companhia;
- (iii) alienação do controle ou transferência da Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato de Concessão;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de receitas acessórias;
- (v) redução do capital social da Companhia;
- (vi) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela Companhia e relacionadas ao Contrato de Concessão;
- (vii) contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão;
- (viii) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos bens integrantes da concessão, pela Companhia a terceiros, inclusive seus financiadores ou garantidores;
- (ix) oferecimento, pela Companhia, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência do Contrato de Concessão, como garantia de financiamentos;
- (x) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da Companhia, em garantia de financiamentos; e
- (xi) subcontratação ou terceirização de serviços previstos no Contrato de Concessão.

12.2. As Acionistas aceitam que na hipótese de intervenção na Companhia, caberá ao interventor nomeado pelo Poder Concedente o poder de decisão.

CARTÓRIO DO 15º TABELADO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855
(Esp. de A. P. Funchal) - tel. 2045-0515/3055-5120
AUTENTICAÇÃO - Autentica-se a cópia
cópia registrada extraída do original
original autenticado em
S. Paulo,

15º

04 ABR 2010

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO AUTORIZADO
CURSOS CONTINUAÇÃO DE VIDA
111237
AUTENTICAÇÃO
10588800637



CLÁUSULA 13 REINVESTIMENTO, POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E REDUÇÃO DE CAPITAL

- 13.1. Os recursos financeiros e econômicos da Companhia serão administrados de forma que as Acionistas recebam o melhor retorno possível sobre seu investimento, desde que observadas as disposições estatutárias e legais aplicáveis, a devida proteção para realização dos investimentos prioritários e necessários da Companhia, bem como o devido cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão.
- 13.2. As Acionistas neste ato concordam em aprovar, nas Assembleias Gerais da Companhia convocadas para deliberar sobre a distribuição de dividendos, a distribuição de dividendos à maior taxa e menor periodicidade possíveis, a qual não deverá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. A porcentagem mínima de distribuição de dividendos prevista nesta cláusula poderá não ser observada caso tal distribuição prejudique os investimentos projetados, a regularidade econômico-financeira da Companhia e o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão e no Plano de Negócios.
- 13.3. Na medida do permitido pela situação financeira e econômica da Companhia, e desde que não haja risco para os investimentos projetados, a regularidade econômico-financeira da Companhia e o devido cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão e no Plano de Negócios, as Partes concordam em aprovar prontamente tantas reduções de capital da Companhia, no maior valor possível, quanto permitidas pelas circunstâncias.

CLÁUSULA 14 PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

- 14.1. As Acionistas deverão fazer com que o ano fiscal da Companhia coincida com o ano calendário, e que a Companhia prepare (i) suas demonstrações financeiras auditadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de cada ano em moeda corrente brasileira, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação brasileira, e (ii) uma reconciliação das principais informações de tais demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis do US GAAP (United States of America Generally Accepted Accounting Principles).

CARTÓRIO DO
Av. Dr. Carlos de Melo, 1315
(Box) da R. Funchal - Tel: (066) 515/3053-5160
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia, reprodução extrínseca, conferência
original apresentada, dou fe
S. Paulo,

15º

04 ABR 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA PELA A-1
111237
AUTENTICAÇÃO
1.05938061638



CLÁUSULA 15 CONFIDENCIALIDADE

15.1. As Acionistas concordam em tratar, e em fazer com que seus acionistas, afiliadas, subsidiárias, empregados, conselheiros, diretores, administradores, advogados ou auditores tratem, todas as informações, dados, relatórios e outros registros ("Informação") relacionados às Acionistas e reveladas com relação à constituição da Companhia, e toda e qualquer Informação relacionada à Companhia, e a celebração deste Acordo como confidencial, e em não revelar a qualquer outra pessoa, que não seus respectivos acionistas, afiliadas, subsidiárias, empregados, conselheiros, diretores, administradores, advogados ou auditores (os quais deverão ser informados e deverão concordar em se submeter à obrigação de confidencialidade aqui prevista), sem o prévio consentimento por escrito da outra Acionista; ressalvado, no entanto, que nenhuma Acionista será responsabilizada pela revelação da Informação se a Informação: (i) tornar-se amplamente disponível ao público por outro meio que não a revelação pela Acionista ou seus representantes em violação a este Acordo; (ii) foi disponibilizada à Acionista de maneira não confidencial, sem violação ao presente Acordo, anteriormente à sua revelação pela outra Acionista ou seus representantes; ou (iii) se tal revelação for exigida por lei, ressalvado que neste caso a Acionista obrigada a revelar a Informação deverá notificar primeiro a outra Acionista de referido fato e concederá a ele um período razoável de tempo para contestar a obrigação de revelação de referida Informação.

CLÁUSULA 16 PRAZO DO ACORDO

16.1. Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, observadas as condições previstas nos Considerandos acima, e permanecerá em pleno vigor e efeito por um período de 20 (vinte) anos contados a partir da data de assinatura ou o prazo da Concessão, o que for mais longo, podendo ser prorrogado por períodos adicionais desde que necessário para cumprimento das obrigações oriundas do Contrato de Concessão.

16.1.1. Sem prejuízo das disposições contidas na Cláusula 20.1 abaixo, este Acordo será rescindido em caso de falência, liquidação ou dissolução da Companhia. No caso de cessação do estado de liquidação ou levantamento da falência, a rescisão será automaticamente desconstituída, voltando o Acordo a vigor como se não tivesse sido rescindido.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1055
(Esq. da R. Funchal) - Tel. 3345-0515/0594-5100
AUTENTICAÇÃO - Autentica a Presente
cópia - para cópia extraída, conforme
original, por meio eletrônico
S. Paulo,

15º

04 ABR 2010

Paulo Moreira Lima
ESCRIVÃO AUTENTIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VER

11237
AUTENTICAÇÃO
1059BB0561539



- 16.2. Na hipótese de rescisão deste Acordo, independentemente do motivo da rescisão, as disposições de confidencialidade, previstas na Cláusula 18.1 abaixo, deverão subsistir por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 17 REGISTRO E ARQUIVAMENTO

- 17.1. Este Acordo será arquivado na sede da Companhia, de acordo com e para os fins do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações. A seguinte expressão deverá ser aposta no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, ao lado dos respectivos registros das Ações, e nos certificados de Ações, se emitidos: "Os direitos de voto inerentes às Ações representadas por este certificado (ou registro), assim como a transferência e oneração destas Ações por qualquer razão que seja, estão vinculadas, e sujeitas ao Acordo de Acionistas celebrado em 02 de abril de 2018".
- 17.2. As Acionistas indicarão, no ato de arquivamento, o representante para comunicar-se com a Companhia, prestar ou receber informações, nos termos do art. 118, § 10º da Lei das Sociedades por Ações. A escolha, destituição ou substituição por qualquer modo do representante será feita pela unanimidade das Acionistas enquanto o presente Acordo estiver em vigor.

CLÁUSULA 18 FORÇA OBRIGATÓRIA

- 18.1. Cada Acionista deverá votar, ou fazer com que sejam votadas, suas Ações, de modo a implementar integralmente os termos e condições do presente Acordo.
- 18.2. Na hipótese de qualquer conflito entre as disposições deste Acordo e o Estatuto Social, as disposições deste Acordo deverão prevalecer até o limite permitido pela legislação aplicável. Cada Acionista concorda em votar, ou fazer com que sejam votadas, suas Ações, conforme necessário de forma a fazer com que o Estatuto Social seja alterado para solucionar qualquer conflito em favor das disposições deste Acordo.
- 18.3. A Companhia, mediante a celebração deste Acordo, reconhece, neste ato, que tem conhecimento efetivo dos termos deste Acordo, concorda com tais termos e neste ato acorda com cada uma das Acionistas que a qualquer tempo, durante a vigência deste Acordo, será regida por este Acordo na condução de seus negócios e, nesse sentido, notificará, ou fará com que seja notificada, celebrará ou fará com



9

CLÁUSULA 19 SOLUÇÃO DE IMPASSE

19.1. Em caso de impasse nas deliberações referidas nas alíneas dos itens 5.5 e 5.7 da Cláusula 5 deste Acordo ("Impasse"), as Acionistas envidarão esforços a fim de buscar uma solução consensual que resolva o Impasse no prazo de 10 (dez) dias da data da Reunião Prévia em que se instalou o Impasse. Enquanto não for alcançado consenso entre As Acionistas, o Plano de Negócios aprovado para a Companhia permanecerá em vigor e aplicado de modo a assegurar o regular funcionamento e a continuidade das atividades da Companhia, devendo sempre ser respeitadas as exigências determinadas no Contrato de Concessão e no Edital de Concessão.

19.1.1. Se, após o prazo referido no item 19.1, persistir um Impasse entre as Acionistas, qualquer das Acionistas poderá enviar à outra uma notificação informando que um Impasse surgiu e perdura.

19.1.2. Recebida a notificação sobre o teor do Impasse, a questão será remetida aos Diretores Presidentes das Acionistas que representarem o Quórum Qualificado, na hipótese de o referido Impasse envolver matéria sujeita à obtenção de Quórum Qualificado para aprovação, ou aos Diretores Presidentes dos acionistas que representarem o Quórum Super Qualificado, no caso de matérias sujeitas ao Quórum Super Qualificado, para que estes possam, de boa-fé, tentar solucionar o Impasse, em um prazo não superior a 20 (vinte) dias da data da notificação (ou um período menor se o assunto em questão for urgente). Caso solicitado por qualquer das Acionistas, poderá ser requerida a manifestação técnica de especialistas no objeto do Impasse, escolhidos conjuntamente pelas Partes e custeados pela Companhia, para subsidiar o entendimento das Acionistas.

19.1.3. Alcançado o consenso, que será manifestado por escrito em documento firmado pelos representantes das Acionistas, a questão será novamente submetida à deliberação das Acionistas, conforme aplicável, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, para sua aprovação formal.

novamente submetida
prazo de até 2 (dois) D

- 19.1.4. Caso não seja alcançado o consenso dentro do prazo previsto no item 19.1.2, o Impasse será submetido ao mecanismo de solução de controvérsias disciplinado na Cláusula 21 deste Acordo.

CLÁUSULA 20 EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 20.1. Este Acordo está sujeito à execução específica de seus termos de acordo com o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações e os Artigos 461, 639 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 21 LEI APLICÁVEL E ARBITRAGEM

- 21.1. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza (doravante referidos conjuntamente como um "Conflito") surgirem em relação a este Acordo, as Acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito. Para tal objetivo, qualquer uma das partes poderá notificar a outra de sua intenção de iniciar o procedimento descrito nesta Cláusula, de acordo com o qual as partes deverão se reunir para tentar solucionar tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito").
- 21.1.1. Exceto se disposto de forma contrária neste Acordo, no caso de as Acionistas falharem em chegar a um consenso nos termos da Cláusula 21.1 acima, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma parte à outra, então o Conflito será solucionado por Arbitragem, como descrito abaixo.
- 21.2. A Arbitragem será conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa.
- 21.3. A Arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros. A Acionista reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas Acionistas no prazo estabelecido deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC.

CARTÓRIO DO 15º TABELÃO DE NOTAS
Av. Dr. Cassiano de Melo, 1155
(Esp. da R. Funchal) - Tel. 3045-0515/3045-0900
AUTENTICAÇÃO - Autentica a presente
cópia reprográfica extraída conforme
original autêntico do Sr.
S. Paulo,

15º

04 ABR 2010

Paulo Moreira Lima
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA P/ VLR

111237
AUTENTICAÇÃO
1059BB0561642



- 21.4. As Acionistas reconhecem que qualquer uma delas poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas nesta Cláusula. Para tal finalidade, as Acionistas elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 21.5. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exeqüível contra as Acionistas de acordo com seus termos. As Acionistas acordam que a sentença arbitral será tida como solução do Conflito entre elas e que devem aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O tribunal arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este Acordo, inclusive a execução específica. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. As Acionistas, neste ato, acordam que cada uma deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra Acionista por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as Acionistas ou seus ativos.
- 21.6. Este Acordo será regido por e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA 22 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Todas as notificações, consentimentos, requerimentos e quaisquer outras comunicações aqui previstas deverão ser feitas por escrito e deverão ser entregues pessoalmente, enviadas por serviço de mensageiro, ou por correio certificado ou registrado (devolução de recibo solicitada), ou por serviço de courier conforme indicado abaixo:

Se para CCR:

At: Sr. Leonardo Couto Vianna
Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar



H1

São Paulo – SP – CEP 04551-065
 Fone: (0xx11) 3048.5959
 Fax: (0xx11) 3048.5911
 e.mail: leonardo.vianna@grupoccr.com.br

Se para RuasInvest:
 At.: Sr. Sérgio Luiz Pereira de Macedo
 Avenida das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste,
 São Paulo – SP – CEP 13280-000
 Fone: (0xx11) 2148 8001 Fax: (0xx11) 2148 8000
 e.mail: sergio.macedo@ruasinvest.com

22.1.1. Notificações entregues de acordo com esta Cláusula deverão ser consideradas entregues na data do protocolo de recebimento, na data de formalização da notificação judicial ou extrajudicial ou 48 (quarenta e oito) horas após o envio em caso de fac-símile, desde que enviado o original por correio ou por courier internacional dentro de 5 (cinco) dias úteis.

22.1.2. Qualquer parte deste Acordo poderá alterar o endereço para o qual a notificação será enviada mediante notificação por escrito à outra parte deste Acordo nos termos desta Cláusula.

22.2. Neste Acordo, a não ser que expressamente previsto de outra forma:

- (i) as palavras "neste ato" e "aqui" e outras palavras de similar importância se referem a este Acordo como um todo e não a qualquer Capítulo ou Cláusula específica e os verbos conjugados no futuro serão interpretados como obrigação das Acionistas, conforme o caso;
- (ii) a menos que o contexto exija de outra forma, as palavras na forma singular incluem a forma plural e vice-versa;
- (iii) os títulos contidos neste Acordo foram incluídos exclusivamente para conveniência e referência e não devem afetar de forma alguma o significado ou a interpretação deste Acordo; e não devem ser utilizados para interpretar, definir ou limitar o escopo, extensão ou intenção deste Acordo ou de qualquer disposição aqui contida.

CARTÃO DO 1º MÓDULO DE NOT. 1
 Av. Dr. Carlos de Mello, 100
 (0xx11) 3048.5959
 AUTENTICAÇÃO - Autentica a Realidade
 0002 - reprodução extraída conforme
 original sob custódia do
 S. Paulo.

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
 ESCRIVENTE AUTORIZADO
 CUSTAS CONTRIB. PIVISA



112

- 22.3. Nenhuma disposição e/ou Cláusula contida neste Acordo será considerada com o objetivo de constituir uma Acionista como agente ou representante legal de outra, nem para criar qualquer relacionamento fiduciário entre as Acionistas. Nenhuma Acionista terá poderes para agir por ou para assumir qualquer obrigação ou responsabilidade em nome de outra Acionista, exceto se expressamente previsto de outra forma neste Acordo. Os direitos, deveres, obrigações e encargos das Acionistas devem ser considerados individualmente, e não em conjunto ou coletivamente.
- 22.4. Se qualquer disposição deste Acordo for considerada nula, anulável, inválida ou inoperante, nenhuma outra disposição deste Acordo será afetada como consequência e, da mesma forma, as demais disposições deste Acordo deverão permanecer em total vigor e efeito como se tal disposição nula, anulável, inválida ou inoperante não tivesse sido aqui incluída.
- 22.5. Nenhuma Acionista poderá ceder ou transferir este Acordo, no todo ou em parte.
- 22.6. Este Acordo será vinculante e vigorará para o benefício das partes e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados. Nenhuma disposição deste Acordo, seja expressa ou implícita, tem como objetivo conferir a qualquer pessoa, que não as partes e seus respectivos sucessores e cessionários autorizados, quaisquer direitos, recursos, obrigações ou encargos sob ou por razão deste Acordo inclusive, sem limitação, quaisquer direitos de terceiros beneficiários.
- 22.7. Nenhuma renúncia, rescisão ou desconsideração deste Acordo, ou de qualquer dos termos e disposições aqui contidos, obrigará as partes, a menos que seja feita por escrito. Nenhuma renúncia por qualquer das partes a qualquer termo ou disposição deste Acordo ou a qualquer descumprimento deste Acordo deverá afetar o direito de tal parte de posteriormente exigir o cumprimento de tal termo ou disposição ou de exercer qualquer direito ou recurso na hipótese de qualquer outro descumprimento, seja ou não semelhante.

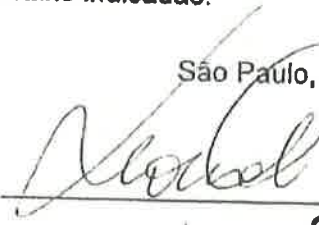


A

22.8. Este Acordo não poderá ser modificado ou alterado exceto por instrumento escrito assinado por todas as partes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias originais, de igual teor e forma e para o mesmo efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 02 de abril de 2018.


CCR S.A.


RuasInvest Participações S.A.

Testemunhas:

1.

Nome: Sérgio Luiz P. de Macedo
R.G.: RG: 8 374 421-6 SSP/SP
CPF: 873.663.078-04

2.

Nome: _____
R.G.: _____





114

ANEXO 2.2.

Acionistas	Participação em Ações Ordinárias (%)	Participação em Ações Preferenciais (%)	Participação no Capital Social (%)	Total
CCR	83,34	83,34	83,34	
RUASINVEST	16,66	16,66	16,66	
Total	100	100	100	

Cartório do 15º Tabelião de Notas
Av. Dr. Cândido de Melo, 1000
Avenida R. Rui Barbosa - 1015 - Centro S/N
15000-000 - Curitiba - PR
04 ABR. 2018
Paulo Moreira Lima
ESCRITÓRIO AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIB. P/ VERRA - R\$ 3,50

150
04 ABR. 2018
Escritório Notarial
do Estado do Brasil
CURITIBA
114227
AUTENTICAÇÃO
1.059.BB0561647



~~110~~

ANEXO 8.8.

Acionistas	Participação em Ações Ordinárias (%)	Participação em Ações Preferenciais (%)	Participação no Capital Social (%)	Total
CCR	75	75	75	
RUASINVEST	15	15	15	
Terceiro	10	10	10	
Total	100	100	100	



CAMPORIO EQ. 15º TABELADO DE NOTAS
Av. Dr. Carlos de Faria, 1675
Faz. da R. P. - Jd. Santa Helena - São Paulo
AUTENTICADO - Verificação Autêntica e Mensagem
Gratuita - Telefone: 011-3041-1000
S. Paulo.

15º

04 ABR. 2018

Paulo Moreira Lima
ESCREVEM E AUTORIZADO
CUSTAS CONTRA. PIVEREA - R\$ 1,50

